

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

NICOLY MILENY LOPES DOS SANTOS

PROJETO DE ASCENSÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DA CHINA

**De Mao Tsé-Tung à Nova Rota da Seda: Como a China desenvolve seu comércio
externo suportado pelas Reformas de Abertura**

Campinas - SP

2022

NICOLY MILENY LOPES DOS SANTOS

PROJETO DE ASCENSÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DA CHINA

De Mao Tsé-Tung à Nova Rota da Seda: Como a China desenvolve seu comércio
externo suportado pelas Reformas de Abertura

Relatório final, apresentado a Universidade
Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, como parte das exigências para a
obtenção do título de graduação em ciências
econômicas.

Campinas, 05 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Adauto Roberto Ribeiro

Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas

Prof. Eliane Navarro Rosandiski

Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas

Dedico esse trabalho às minhas melhores amigas, Andreia e Letícia, mãe e irmã amadas.

Resumo

O estudo revisita o desenvolvimento econômico vivenciado pela China a partir de 1949 e intensificado a partir de 1980, com as Reformas de Abertura, explicitando como o país passou por esse processo de maneira muito distinta de outras economias - por conta de suas tradições milenares e de sua inserção internacional no período - e teve como resultado um crescimento inédito em 40 anos, deixando de ser uma economia agrária e se tornando a maior economia exportadora do mundo. Para construção do trabalho, utiliza-se de revisitação teórica de economistas chineses e estudiosos do assunto, com opiniões divergentes e abordagens distintas, consolidando uma linha de raciocínio reflexiva no sentido de não-unanimidade sobre as principais causas do acelerado desenvolvimento econômico do país, mas unanimidade sobre pontos que merecem atenção de economistas e dos outros países do mundo, quando desenhando seu posicionamento estratégico internacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico chinês, Reformas de Abertura da China, Industrialização Chinesa, Internacionalização Chinesa.

Abstract

The study reviews the Chinese economic development in 1949 and its intensification in 1980 with the Chinese Economic Reform, in which China adopted the open-door procedure in a distinguished way from other economies due to its millennial traditions and international approach at the time. As a result, the country has grown unprecedentedly in 40 years, leaving the agrarian society and becoming the world's largest exporter. The methodology revisits divergent views from Chinese economists and scholars, stating a reflexive argument about the dissensus in the leading causes of accelerated financial expansion. However, it also reveals topics countries and economists should observe when tracking their foreign policy and strategy.

Keywords: Chinese Economic Growth, Chinese Economic Reform, Chinese Industrialization, Chinese Internationalization.

SUMÁRIO

1. Políticas macroeconômicas e instrumentos cambiais utilizados para manutenção da estratégia internacional de países	11
1.2.1. Economias Abertas e Fechadas	16
1.2.2. Taxas de câmbio flutuantes e fixas	17
1.2.3. Taxas de câmbio nominal e real	20
2. Sistema Monetário Internacional e inserção da China na Organização Mundial do Comércio.	25
3. Desenvolvimento político e econômico chinês ao longo do séc. XX	33
3.1.1. Principais transformações incorridas a partir de 1949	35
3.1.2. O Grande Salto Para Frente	37
3.1.3. A queda de Mao Zedong e a Revolução Cultural	41
3.1.4. A Nova China e a acumulação em escala global – ascensão de Deng Xiaoping	46
4. As Reformas Econômicas e Ascensão da China a partir de 1980	49
Conclusão	68
Referências Bibliográficas:	70

Introdução

O estudo apresentado a seguir tem como objetivo explorar o desenvolvimento econômico vivenciado pela China na segunda metade do século XX e durante o século XXI, evidenciando as principais características das políticas econômicas adotadas nos âmbitos fiscal, econômico e cambial e seus resultados, que proporcionaram à China posição de destaque no Sistema Financeiro Internacional atual. O país apresentou crescimento econômico inédito nos últimos 30 anos, alcançando a posição de uma das maiores economias do mundo no âmbito do comércio internacional e se tornando o maior agente exportador do mundo. Seu nível de exportação alcançou 13,3% do volume de exportação total mundial em 2020 de maneira inédita, seguindo uma estratégia jamais desenvolvida por outra economia central anteriormente.

As reformas de abertura chinesa, que se desenrolaram a partir da década de 1980 com a ascensão de Xiaoping, traduziram uma das principais ferramentas adotadas pelo país para ascensão econômica desde então, alterando sua estrutura de produção e comércio interno e externo, potencializando suas forças agrárias simultaneamente ao desenvolvimento industrial, principalmente nas ZEEs (Zonas Econômicas Especiais) e nos acordos bilaterais constituídos sob a Organização Mundial do Comércio (OMC) e financiados por Instituições Financeiras Internacionais, como o Banco Mundial e FMI.

Ao desenvolver seu projeto de abertura, entretanto, a China se utilizou da estrutura industrial desenvolvida durante a liderança de Mao Tsé-Tung e do Partido Comunista Chinês (PCCh), que, em dolorosos anos de Revolução Cultural Socialista, buscaram consolidar a indústria nacional pesada chinesa através de investimento direto em grandes estatais e contenção do sistema de abertura de mercado que era popular entre as economias emergentes no período.

Desde então, o país passou por um período de instabilidade econômica e política, desenhado através de expressões culturais e manifestações socialistas, como os Soldados Vermelhos de Mao e a Reestruturação do pensamento econômico desenvolvido nas Universidades do país. Posteriormente, com a queda de Zedong, o

PCCh altera seu posicionamento estratégico e desenvolve as Reformas de Abertura acompanhadas das reformas monetárias e cambiais, nesse sentido, buscando consolidar os objetivos chineses de melhoria de vida de sua população e poder de seu governo.

Para o pleno entendimento dessas reformas realizadas, buscamos explicitar conceitos básicos de macroeconomia no primeiro capítulo, como os instrumentos cambiais utilizados por países para desenvolvimento estratégico de seu comércio externo: sistemas de câmbio fixo, flutuante e de bandas cambiais. Posteriormente utilizamos de tais conceitos para construção da revisão conceitual sobre a estratégia econômica adotada pela China e seu sistema de câmbio e macroeconômico.

No segundo capítulo, tratamos da constituição do Sistema Internacional de Comércio desenvolvido durante o século XX e acordos marcantes em sua estrutura, como Bretton Woods e a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio), que afetaram diretamente o processo de desenvolvimento chinês anteriormente e durante as Reformas de Abertura econômica. O país sofreu forte pressão comercial ao final do século XX por parte dessas instituições e da economia norte-americana, que exigiam maior nível de transparência e cooperação para garantia de seus acordos bilaterais e financiamento de seus projetos de desenvolvimento.

O terceiro capítulo retoma toda a história do desenvolvimento político da China a partir de 1949, com a ascensão do PCCh e de Mao Tsé-Tung à liderança da Economia. Portanto, busca evidenciar a trajetória excepcionalmente única pela qual a China se desenvolve, amadurece seus ideais socialistas mantendo sua cultura milenar em ênfase, sob um governo autoritário, que lutava contra os ideais de mercado das economias centrais do período, diferentemente de outros países emergentes. A Revolução Cultural de Mao e o processo de industrialização que se inicia nesse período são pontos relevantes para o entendimento da estratégia adotada pelo país a partir de 1980.

O quarto capítulo se constitui a partir da ascensão de Xioaping, tratando do seu projeto de abertura e das Reformas de Abertura estabelecidas a partir de então, com ênfase na importância das ZEEs e da aproximação comercial induzida por acordos

bilaterais que o país desenvolve através da OMC, que resultou em projetos como a Nova Rota da Seda, com previsão de conclusão em 2025. Ademais, explicita a importância das reformas internas incorridas no país, simultâneas às de abertura, que tinham como principal objetivo equilibrar a economia real e monetária, controlando os níveis de divisa do país e seus agentes financeiros: bancos e demais instituições.

1. Políticas macroeconômicas e instrumentos cambiais utilizados para manutenção da estratégia internacional de países

O primeiro capítulo busca introduzir conceitos básicos de macroeconomia para posterior entendimento do funcionamento as estratégias de comércio exterior adotadas por países que seguem o regime de economia aberta. Ao final do capítulo, há exposição acerca de alguns regimes de câmbio existentes, importantes para o entendimento do presente trabalho.

1.1. Balanço de pagamentos e saldo de conta corrente

O Balanço de Pagamentos de um país é um instrumento importante para entendimento de sua política macroeconômica e cambial, isso porque é nele em que são registradas todas as transações que um país realizou com o restante do mundo, englobando as transações correntes e de movimento de capitais. Também é pela análise do Balanço de Pagamentos de um país que verificamos quanto de dinheiro transita nas barreiras internacionais em uma economia no período determinado. Em sua apresentação formal, o Balanço de Pagamentos é composto pelas contas: balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais e é subdividida em duas principais contas: conta corrente e conta capital e financeira.

Na conta corrente do Balanço de Pagamentos são registradas as entradas e saídas de capitais originadas pela comercialização de bens e serviços. A conta corrente é composta pela balança comercial e pelas transferências unilaterais. Na balança comercial são compreendidas as diferenças entre o nível de importação e exportação de um país e as transferências unilaterais são transferências monetárias realizadas de um país a outro sem contrapartida, como por exemplo, recursos enviados de um familiar a outro em localidades diferentes, transacionando internacionalmente.

Já na conta capital e financeira são agrupados os investimentos, poupanças e transações financeiras realizadas entre uma economia e os demais países do globo. Nessa conta, são registrados os investimentos diretos, os investimentos em carteira e quaisquer outras operações financeiras que possam vir a ocorrer. Os investimentos

diretos, como o próprio nome, são realizados diretamente por pessoas que estão na economia em questão: um estrangeiro que decide realizar um investimento no país que está vivendo; já os investimentos indiretos são negociações de mercado financeiro ou similares, podem ser realizados e liquidados indiretamente, pela compra de títulos, por exemplo. Por fim, a conta financeira também registra as operações de instituições financeiras internacionais: como financiamentos juntos ao FMI (Fundo Monetário Internacional, estudado adiante) e no Banco Mundial (estudado adiante). A chamada “terceira conta” do Balanço Comercial recebe o nome de Erros e Omissões. Essa conta existe para alocar as transações internacionais não identificadas, até que o sejam.

O Balanço de Pagamentos de um país, a princípio, deve zerar com a somatória de suas duas contas principais, entretanto, caso uma das contas apresente déficit, podemos entender que a outra conta do Balanço foi responsável pelo seu financiamento. Se um país tem a conta corrente negativa, entendemos que ele está financiando esse déficit com os recursos da conta capital e financeira. No fim, o saldo do Balanço de Pagamentos de um país mostra de maneira quantitativa se um país está exportando ou importando em maior nível.

O saldo em conta corrente foi explicitado como “a diferença entre o nível de exportações de mercadorias e serviços e importações de mercadorias e serviços” (KRUGMAN, 2015) e é representada pela equação a seguir, na qual conta corrente é representado por CA, saldo de exportações é representado por EX e o saldo de importações é representado por IM:

$$CA = EX - IM$$

Portanto, se o nível de exportação de um país supera seu nível de importação, esse país tem um superávit em conta corrente. Concomitantemente, um país é deficitário em conta corrente quando possui maior nível de importação ante exportação.

Krugman (2015) também destaca a importância das mudanças nas contas correntes dos países para a economia internacional; uma vez que “o lado direito da equação dá o total das despesas na produção nacional, mudanças na conta corrente

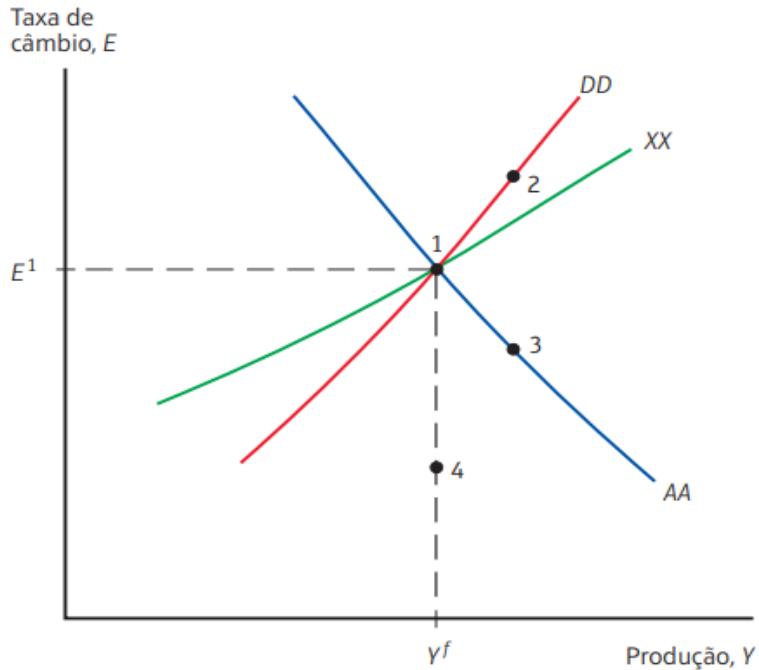
podem ser associadas com as mudanças na produção e, portanto, no emprego". O superávit ou déficit na conta corrente de um país pode ser resultado da escolha de uma política macroeconômica, seja ela cambial, fiscal ou monetária, que também são utilizadas importante para corrigir possíveis resultados não desejados que a variação em conta corrente pode ocasionar para uma economia.

1.2. Políticas Macroeconômicas

As políticas macroeconômicas são desenvolvidas por parte do Estado e buscam maximizar resultados econômicos, no caso de políticas ortodoxas, e corrigir falhas de mercado, no caso de políticas heterodoxas. Políticas macroeconômicas podem se desenvolver no âmbito fiscal, monetário e cambial. Para esta pesquisa, o entendimento desses três principais desdobramentos de políticas se faz relevante, pois elas interferem diretamente no saldo de conta corrente de um país, bem como na instrumentalização utilizada para manutenção desse saldo em conta: os regimes de câmbio adotados.

O papel do Estado e das políticas fiscais, assim como sua eficiência são importantes para a manutenção do saldo em conta corrente dentro do esperado e necessário. Decisores políticos estão frequentemente preocupados com o nível de conta corrente, conforme apontado por Krugman (2015), portanto, um superávit ou um déficit no saldo em conta corrente de um país, quando indesejados e não planejados, podem trazer efeitos inesperados a longo prazo e prejudiciais para a economia interna e externa.

Os desequilíbrios internos de uma economia podem gerar pressões políticas para a imposição de restrições ou liberações de restrições no comércio internacional. O modelo DD-AA, exposto por Krugman, visa ilustrar os efeitos das políticas macroeconômicas no saldo em conta corrente. No gráfico 1, a curva XX mostra a combinação da taxa de câmbio e produção nas quais o saldo em conta corrente seria igual a um nível desejado. A curva se inclina para cima porque, com todo o resto igual (*ceteris paribus*), um aumento na produção encoraja gastos em importações e, portanto, piora a conta corrente se não for acompanhado de uma depreciação da moeda.

Gráfico 1 – Moldeo DD-AA

Fonte: página 394. (KRUGMAN, 2015)

Ademais, o autor interpreta o modelo da seguinte forma:

Ao longo da curva XX a conta corrente é constante a um nível $CA = X$. A expansão monetária move a economia para o ponto 2 e, portanto, aumenta o saldo da conta corrente. A expansão fiscal temporária move a economia para o ponto 2, enquanto a expansão fiscal permanente move-a para o ponto 4. Nos dois casos, o saldo da conta corrente cai. (KRUGMAN, 2015)

A principal característica do gráfico 1 exposto pelo autor, é, então, que a curva XX é mais plana do que DD porque,

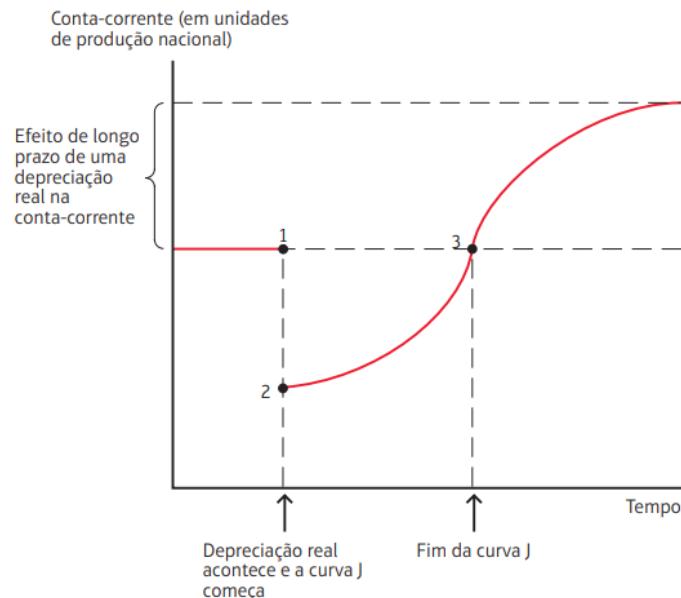
“[...] a demanda estrangeira líquida — a conta corrente — deve subir suficientemente ao longo de DD conforme a produção sobe para pegar a folga deixada pela poupança nacional. Portanto, para a direita do ponto 1, DD está acima da curva XX, onde $CA > X$. Raciocínio similar mostra que à esquerda do ponto 1, DD situa -se abaixo da curva XX (onde $CA < X$)” (p. 394).

Portanto, podemos analisar os efeitos da política macroeconômica de um país na sua conta corrente: um aumento de oferta de moeda, deslocaria a economia para a posição de expansão de produção e depreciação da moeda, portanto, quando o ponto 2 se localiza acima de XX no gráfico 1, a política macroeconômica aumenta o saldo de

conta corrente no curto prazo. Podemos verificar também que uma política fiscal expansionista reduz o saldo da conta corrente, isso porque uma política fiscal permanente teria como efeito deslocar o ponto AA para a esquerda, onde o equilíbrio é encontrado no ponto 4, abaixo de XX.

Outro fenômeno observado pelo autor é o da “Curva J”: situação em que é observada uma piora imediata no saldo em conta corrente após a depreciação da moeda nacional e a melhora começa acontecer somente alguns meses depois, contrariando o exposto pela curva DD. Isso acontece porque, vários pedidos de exportação e importação podem ter sido realizados com meses de antecedência e uma depreciação monetária não consegue afetar a curto prazo o nível das exportações e importações previamente contratados. Nesse sentido, o resultado é uma queda inicial na conta corrente que se desfaz e se reverte ao longo do tempo. No longo prazo, portanto, há uma melhora na conta corrente do país. O gráfico 2 representa a curva J:

Gráfico 2 – Curva J:



Fonte: página 395. (KRUGMAN, 2015)

1.2.1. Economias Abertas e Fechadas

Gregory (2015) aponta que a principal diferença macroeconômica entre “uma economia aberta e economia fechada é o fato de que, em uma economia aberta os gastos de um determinado país, em qualquer ano específico, não precisam ser iguais à sua produção de bens e serviços”. Ou seja, um país consegue e pode gastar mais do que é capaz de produzir porque conta com o financiamento externo, ou pode gastar menos do que produzir e financiar outros países. Em uma economia aberta, o gasto interno, portanto, pode ser diferente do volume de produção de bens e serviços. O autor apresenta a seguinte equação, para relacionar a produção interna, gasto interno e exportações líquidas:

$$NX = Y - (C + I + G)$$

Onde, NX representa o nível de exportações líquidas, Y representa o nível de produção interna e a equação $(C + I + G)$ representa o nível de gasto interno dessa economia.

Gregory (2015) também verifica que as exportações líquidas de uma economia devem sempre ser iguais a diferença entre sua poupança e seu investimento. Ele apresenta a fórmula de identidade dessa afirmação da seguinte maneira:

$$S - I = NX$$

Nesse sentido, NX continua representando a exportação líquida de bens e serviços, mas também pode assumir o nome de balança comercial, uma vez que informa até que ponto nosso comércio de bens e serviços se afasta do ponto de referência que é a igualdade entre importações e exportações. O lado esquerdo da equação trata da diferença entre a poupança interna e o investimento interno, mas também é chamado pelo autor de fluxo de capital para o exterior. A equação das contas nacionais explicita a igualdade da balança comercial com o fluxo líquido de capital para o exterior.

1.2.2. Taxas de câmbio flutuantes e fixas

“Caso dois países pretendam comercializar entre si, é necessário que exista alguma forma de conversão das moedas” (GREMAUD, 1998). As taxas de câmbio são medidas utilizadas por países para conversão de preços externos em sua moeda nacional corrente, ou seja, é a medida de conversão de moeda de um país para outro país, o preço de uma moeda em relação à outra e é por meio da taxa de câmbio que se torna possível a relação de dois sistemas de preços relativos de dois países distintos.

Taxas de câmbio flexíveis, assim como quaisquer outras expostas à variação do preço, são definidas de acordo com a oferta e demanda da moeda estrangeira. Os países ofertantes de moeda estrangeira são os países que receberam divisas internacionais e, por não se utilizarem dessas divisas nas suas trocas, ofertam ao mercado internacional para realizar a conversão em moeda nacional. Os países demandantes de moeda estrangeira são os importadores que, por sua vez, precisam da moeda para efetuar suas transações de importação. Portanto, as taxas de câmbio, assim como qualquer produto exposto à curva de oferta e demanda está sujeito a oscilações no desejo¹¹ do mercado; se o valor da taxa de câmbio for muito elevado, diversos produtores e firmas aumentarão seu nível de exportação, ocasionando, portanto, uma maior oferta de divisas internacionais. Os exportadores desejariam aumentar seu nível de exportação, nesse caso, para realizarem a manutenção de seus retornos em maior nível. GREMAUD (1998) exemplifica essa situação se utilizando do dólar “se um quilo de café vale U\$10,00 quando a taxa de câmbio é \$3,20, o exportador receberá U\$32 por quilo e desejará, portanto, exportar mais do que quando a taxa de câmbio é \$2,00 e receber apenas U\$20

¹¹ Desejo dos consumidores se refere ao desejo de aquisição ou não do produto, ou seja, ao desejo de consumo. Se a taxa de câmbio for muito elevada, muitos produtores e muitas firmas desejariam exportar e a oferta de moeda estrangeira, no exemplo do autor, o dólar, será muito elevada. (GREMAUD, 1998).

por quilo (supondo, no exemplo, que o preço do produto é constante – U\$10 – em dólares)."

Portanto, seguindo as premissas econômicas apontadas pelo autor, quanto maior a taxa de câmbio, maior o desejo de exportação e, por outro lado, quanto menor a taxa de câmbio, menor o desejo de exportação. Isso vale para a situação contrária, no caso da importação.

Assim, conseguimos construir a curva de demanda por importações: decrescente em relação ao preço da taxa de câmbio e, a curva de oferta das exportações: crescente em relação ao preço da taxa de câmbio. O ponto ótimo de oferta e demanda por moeda estrangeira é atingido quando a quantidade de moeda estrangeira que os exportadores estão dispostos a vender é exatamente igual a quantidade de moeda estrangeira que os importadores estão dispostos a comprar.

Existem, entretanto, outros fatores que influenciam a oferta e a demanda de moeda estrangeira, por exemplo: se há incremento na demanda de produtos de determinado país em outros países estrangeiros isso fará com que os exportadores consigam aumentar o preço de seus produtos e consequentemente seu nível monetário de exportação; a mesma situação ocorre no caso da importação: quando há incremento na demanda de produtos importados, o consumidor se sujeita ao pagamento de maior expressão monetária pelos bens e produtos e aumenta o nível de importação de seu país, alterando, por fim, a taxa de equilíbrio do mercado de divisas internacionais.

Um país aumenta sua demanda por bens importados, com exceção de bens inferiores, quanto maior o nível de sua renda; isso porque aumenta a demanda por quaisquer bens, com exceção dos inferiores, de maneira geral (GREMAUD, 1998). Quanto maior o nível de demanda por bens importados, maior o nível de demanda de moeda estrangeira para aquisição desses bens, portanto, quando um país aumenta sua renda esse país simultaneamente aumenta sua demanda por divisas internacionais.

O fator mais importante para determinar a relação de oferta e demanda de divisas estrangeiras é o nível de preços assumido nas economias nacional e internacional

(GREMAUD, 1998), isso porque, se há um aumento no nível geral de preços em um país em contrapartida a uma manutenção no nível geral de preços nos outros países, os exportadores do país que sofreu um aumento geral de preços desejarão vender seus bens atrelados a outra taxa de câmbio para realizar a manutenção de seu consumo internamente; nesse caso, uma nova taxa de equilíbrio de oferta e demanda de divisas internacionais é instaurada.

Essas grandes alterações na taxa de câmbio as quais uma economia fica exposta no câmbio flexível podem afetar fortemente as economias que o adotam e ocasionar problemas sérios. Uma economia importadora de commodities como o trigo e a gasolina, por exemplo, sofreria um forte choque com o aumento das taxas de câmbio de um dia para outro, que provocaria aumentos significativos nos preços de transportes e dos alimentos derivados (GREMAUD, 1998).

Em contrapartida, países podem adotar taxas de câmbio fixas, isso é, taxas de câmbio definidas através de um regime de câmbio fixo em termos reais². O regime busca resolver algumas falhas do regime de câmbio flexível, por exemplo, a baixa elasticidade da oferta e demanda de moeda estrangeira e o nível de competitividade de uma economia no mercado financeiro internacional.

Por outro lado, a especulação³ é controlada através da fixação da taxa de câmbio. Muitos compradores de moeda estrangeira, ao esperar uma elevação da taxa no

2 Um regime de câmbio fixo em termos reais é um regime de câmbio onde o valor da moeda é fixado por um agente econômico, geralmente o Estado. Pode-se optar pela desvalorização ou valorização da moeda, de acordo com a estratégia cambial adotada.

Quando se opta pela desvalorização, a estratégia para manutenção do superávit comercial é definida pelo diferencial da inflação doméstica e a inflação dos principais parceiros comerciais (GREMAUD, 1998).

Por outro lado, uma política de valorização monetária tende a aumentar o nível de importações e diminuir o nível de exportações de uma economia.

3 Por especulação, tratamos da tomada de decisões baseada em perspectivas sobre a evolução futura de mercado. Ou seja, nesse sentido, ao acreditar que a taxa de câmbio no futuro será

futuro, antecipam suas compras e compram em maiores quantidades a fim de vender no futuro, realizando uma espécie de trade monetário; por outro lado, também os ofertantes, ao esperarem uma elevação na taxa de câmbio, diminuem seu nível de venda atual a fim de vender posteriormente e aumentarem seus resultados, o que não ocorre em um regime de câmbio fixo.

Embora alguns países optem pela adoção de regimes de câmbio fixo, que serão estudados posteriormente, a maioria dos países atualmente adota o regime de câmbio flutuante. A manutenção das taxas de câmbio adotadas pelas economias é geralmente realizada através das políticas cambiais, que por sua vez, se inserem dentro das políticas macroeconômicas fiscais das economias abertas, estudadas anteriormente.

1.2.3. Taxas de câmbio nominal e real

As taxas de câmbio também podem assumir formato nominal e real, sendo distinguidas por sua composição. Quando tratamos da taxa de câmbio nominal, realizamos a comparação do preço de uma moeda com relação a outra moeda, de outro país. Entretanto, a taxa de câmbio mais relevante quando estamos determinando o fluxo de câmbio entre dois ou mais países é a taxa de câmbio real.

A taxa de câmbio real, diferentemente da nominal, mostra a relação de preços entre os mesmos produtos de duas economias distintas, o produto nacional e o internacional. Se há uma valorização na taxa de câmbio real, portanto, podemos entender que o produto nacional está mais “barato” que o produto internacional e que a demanda por esse produto será estimulada, ceteris paribus, pois o nível de importação tende a cair e o nível de exportação tende a aumentar. Para verificarmos a relevância internacional de um país devemos considerar, enfim, a taxa de câmbio real e não a nominal, que é mais comumente utilizada para trocas de moedas.

maior do que é hoje, é conveniente ao especulador realizar a compra para posterior venda, multiplicando seus recursos (GREMAUD, 1998).

Posteriormente ao entendimento da taxa de câmbio como ferramenta importante na economia internacional de países, bem como o entendimento de sua natureza em nominal e real, entender o regime de câmbio adotado por essas economias possibilita a compreensão de relações de trocas internacionais.

1.3. Regimes de Câmbio

O regime de câmbio está fortemente atrelado à definição da taxa de câmbio utilizada por um país: um regime de câmbio fixo tende a adotar taxas de câmbio fixas, por exemplo. Entretanto, alguns países que adotam regimes de câmbio flutuantes e fixos podem realizar a manutenção de suas taxas de câmbio de diversas maneiras. Um regime de câmbio pode se apresentar em alguns formatos: o regime de câmbio fixo, regime de câmbio flutuante, o regime de flutuação suja e regimes de bandas cambiais.⁴

Embora alguns países adotem o regime de câmbio fixo, atualmente a maior parte das economias trabalha com o regime de câmbio flutuante, muito em parte pelo grande crescimento do mercado financeiro⁵ como importante fator econômico nas últimas décadas, o que tornou cada vez mais difícil a administração de regimes de câmbio fixo pelas economias. Essa tendência se iniciou em 1971, quando o governo dos Estados Unidos extinguiu o regime denominado Bretton Woods⁶, ou padrão dólar (GREMAUD,

⁴ Tanto o regime de flutuação suja quanto uma banda cambial permitem que a instituição monetária de um país defina com maior flexibilidade qual será o regime cambial adotado no momento, podendo este ser uma mistura entre o regime de câmbio fixo e o regime de câmbio flutuante. Nas bandas cambiais, geralmente são estabelecidos “limites” de flutuação da taxa de câmbio.

⁵ O crescimento do mercado financeiro é um dos componentes mais importantes para a explicação da adoção do câmbio flutuante pela maioria das economias. São três fatores principais que explicam o crescimento rápido do mercado financeiro e suas transações no âmbito internacional:

1. O processo tecnológico na área de telecomunicações, que diminuiu os custos das transações financeiras e eliminou fronteiras nacionais. Ficou conhecido como *o fim da geografia*.
2. A desregulação do mercado financeiro internacional, que possibilitou um aumento generalizado de portfólio entre as economias. Um gestor de fundos pode realizar aplicações nos mais diversos países e ser “contagiado” pelo bem-estar de sua economia.
3. O surgimento de novos produtos financeiros (futuros, swaps, opções etc.) que dão ao mercado maiores opções de hedge ou especulações. (GREMAUD, 1998)

⁶ O período Bretton Woods ou Padrão Dólar teve início na Conferência de Bretton Woods em junho de 1944, onde uma série de disposições ficou acertada por cerca de 45 países aliados, na cidade norte-americana que deu o nome ao acordo. Dentre suas diversas previsões, ficou definida a adoção do

1998). Anteriormente à essa data, o regime de câmbio fixo era plenamente utilizado em diversas moedas e para a conversão do dólar, que circulava internacionalmente em ouro sob uma taxa de conversão de U\$S1 por onça Troy de ouro⁷. Após a decisão de adoção do regime de câmbio flutuante pelos Estados Unidos, os movimentos especulativos acerca da moeda aumentaram esporadicamente, mas a economia Americana se utiliza até hoje do regime de câmbio flutuante para a conversão de sua moeda internacionalmente.

No regime de câmbio flutuante, a taxa de câmbio se ajusta de acordo com a oferta e demanda das divisas existentes. Nesse sistema, se entende que a balança de pagamentos opera de maneira equilibrada. Nesse caso, mudanças autônomas na oferta e na demanda levam a valorização ou depreciação na taxa de câmbio, contudo, novas alterações na oferta e demanda de divisas acontecem estimuladas pelo novo valor da taxa de câmbio, por fim, essas alterações ocasionam mudanças na natureza da balança de pagamentos. (KRUGMAN, 2015)

A grande vantagem do regime de câmbio flutuante é a criação da capacidade de amortização dos efeitos adversos das turbulências internacionais que decorrem da globalização financeira, isso porque quando o ambiente externo se deteriora, os impactos ocorrem mais fortemente sobre o câmbio, que está exposto, e não sobre o a atividade econômica doméstica (GREMAUD, 1998). Ademais, com o câmbio flutuante, o BACEN ganha maior liberdade na condução de políticas monetárias e concentra seus esforços em metas de inflação ou desemprego, aumentando o controle sob a economia interna. Esse é o regime adotado pela maior parte dos países do mundo; o Brasil adotou o regime de câmbio flutuante a partir de 1999 (GREMAUD, 1998).

A chamada condição de Marshall-Lerner, que trata da elasticidade-preço da demanda nas exportações e importações é o primeiro problema do regime de câmbio

dólar como moeda de troca internacional, considerando o grande número de reserva de valor em Ouro que o Estado Americano possuía.

⁷ Uma Onça Troy de Ouro - Unidade de peso do sistema Troy, utilizada na pesagem de metais preciosos, equivale a 31,10349 gramas

flexível. Essa condição afirma que, *ceteris paribus*, a depreciação real melhora a conta corrente de um país se os volumes de exportação e importação forem suficientemente elásticos com respeito a taxa de câmbio real (KRUGMAN, 2015). Outros problemas verificados no modelo de câmbio flexível são os impactos negativos da desvalorização de divisas sobre o custo de vida da população de uma economia e o nível de incerteza quanto ao futuro da taxa de câmbio que pode vir dificultar o comércio internacional. Ademais, assim como em qualquer outro mercado flexível, o câmbio flexível abre margem à especulação financeira, que pode “poluir” o real movimento da taxa de câmbio. Países que adotam esse modelo de câmbio presenciam significativas mudanças em suas taxas de câmbio ao longo do tempo, portanto, devido a incapacidade do Banco Central de atuar e mudar as tendências de valorização/desvalorização da taxa de câmbio (GREMAUD, 1998).

O regime de câmbio fixo, por sua vez, é apontado como importante por três principais razões: administração da flutuação, arranjo da moeda nacional e proteção de países em desenvolvimento. Na administração da flutuação, a economia que opta pelo câmbio fixo como estratégia econômica, diferentemente das economias com câmbio flutuante, se opõe a flutuação pura da moeda. O arranjo de moedas nacionais, por sua vez, resulta de acordos comerciais entre países de mesmo bloco econômico e/ou com proximidade espacial: entre esses países parceiros, o câmbio estabelecido é fixo – *uma espécie de acordo de câmbio regional* -. É comum, portanto, que verifiquemos que países em desenvolvimento, a fim de proteger sua economia, adotam regimes de câmbio fixo ou semifixo (*crawling peg*).

No regime de câmbio fixo, a moeda é geralmente fixada com relação de paridade com uma mercadoria (como por exemplo, ouro) ou com uma moeda valorizada economicamente e aceita mundialmente (como por exemplo, o dólar). O sistema pode adotar ou não a um esquema de conversibilidade e o ajustamento diante das mudanças autônomas na oferta ou na demanda é dado de maneiras diferentes para preços flexíveis e fixos. Para preços flexíveis:

Superávit (ou déficit) do setor externo → aumento (ou redução) da quantidade de moeda

→ aumento (ou queda) dos preços

→ redução (ou aumento) das exportações e aumento (ou diminuição) das importações.

A partir dos regimes de câmbio fixo e flutuante, posteriormente aos anos 1970, desenvolveram-se diversos sistemas de câmbios em outros países, que ficaram conhecidos como regimes de câmbio-misto, pois misturam os sistemas de câmbio flutuante e fixo. Um dos sistemas que ganhou destaque foi o *Dirty-floating* (flutuação suja), surgido pós-1973, tem como princípio básico o regime flutuante, mas, que ao contrário do câmbio flutuante, que não sofre intervenções governamentais, nesse sistema o Banco Central nacional tenta diminuir a volatilidade das taxas de câmbio e garantir a liquidez das operações internacionais (GREMAUD, 1998) através de suas ferramentas de política cambial.

Outro regime desenvolvido nos anos 1970 é o das bandas-cambiais. Nesse regime são fixadas taxas de câmbio e um intervalo de variação admitido para cima e para baixo; enquanto a variação estiver dentro do estipulado anteriormente, o valor da taxa de câmbio segue o regime flutuante. Se as variações da taxa de câmbio ultrapassam o previsto, entretanto, o Banco Central começa a administrá-las como num regime de câmbio fixo: ao atingir o limite máximo de desvalorização admitido, o Banco Central vende moedas estrangeiras; ao atingir o valor máximo de valorização admitido, o Banco Central age na compra das divisas internacionais. Os Bancos Centrais realizam intervenções, portanto, para que a taxa de câmbio não fuja do estipulado anteriormente (GREMAUD, 1998).

O regime de câmbio adotado por uma economia define a maneira com que ela expressa suas relações financeiras com outros países. No próximo capítulo, buscamos aprofundar o entendimento acerca dessas relações, explorando a formação do sistema financeiro internacional (SMI) durante o último século. Adiante, entenderemos como a China se inseriu nesse sistema, adotando um regime de câmbio fixo somado com sua política de abertura comercial internacional.

2. Sistema Monetário Internacional e inserção da China na Organização Mundial do Comércio.

O segundo capítulo busca compreender o cenário econômico internacional ao longo do século XX, destacando a importância do Consenso de Bretton Woods, que definiu o novo padrão mundial de conversão de moeda, do GATT (Acordo Geral Sobre Tarifas de Comércio) de 1947, que deu o início ao processo de globalização de comércio e que precedeu a criação da Organização Mundial do Comércio, que, por sua vez, alterou efetivamente o rumo do comércio internacional, sendo a principal responsável pelos acordos unilaterais e multilaterais entre países membros.

O fim do capítulo explora a aproximação da China e dessas relevantes organizações internacionais, no fim do século, que aconteceu somada à sua política de abertura econômica, visando aumentar ainda mais seu fluxo de comércio e seu nível de competitividade no mercado mundial.

2.1. Bretton Woods e o Desenvolvimento Inicial das Mudanças no Comércio Mundial.

Em 1944, ao fim da segunda guerra mundial, 44 países aliados foram representados no acordo que posteriormente ficou conhecido como “Acordo de Bretton Woods”, por ser realizado na cidade de mesmo nome, nos EUA. Essa reunião visava estabelecer um novo modelo para o sistema monetário internacional para contenção da crise gerada pela Grande Depressão em 1929 e tinha como principal objetivo a obtenção do Pleno Emprego – principalmente nas economias desenvolvidas economicamente, que enfrentavam baixo crescimento e grande nível de desemprego – que seria atingido sob uma reforma no sistema monetário internacional e alteração do padrão-ouro e do sistema cambial-livre.

Para contenção desses riscos, foram criadas algumas instituições para auxiliar economias que necessitassem de apoio internacional para recuperação econômica ou desenvolvimento econômico, como o Fundo Monetário Internacional (FMI)

e instituições responsáveis pelo estímulo/fomento de economias emergentes, como o Banco Mundial.

Além da criação dessas instituições, é nesse acordo em que os aliados, liderados pelos Estados Unidos, estabelecem o fim do padrão-ouro de conversibilidade da moeda, que era herança do sistema mercantilista de acumulação de metais. Juntamente com o fim do padrão-ouro, chega o fim do padrão de câmbio-fixo adotado pela maioria das economias emergentes e desenvolvidas; isso porque o padrão-ouro baseava a quantidade de reservas internacionais de um país na reserva de ouro que esse país possuía. Ou seja, países que possuíam poucas reservas de ouro, deviam comprar maior quantidade de divisas de países superavitários em reservas de ouro, que vendiam suas divisas no mercado internacional.

John Maynard Keynes, que representava a Inglaterra durante esta conferência do acordo se opunha ao padrão-ouro estabelecido muito em parte porque esse padrão limitava o crescimento econômico de economias, considerando que a quantidade de ouro existente é escassa, enquanto o crescimento econômico das economias não deve ser estabelecido sob um bem escasso; apontava que ao atrelar a quantidade de oferta de moeda à quantidade de ouro existente, isso sucederia. Somado a isso, havia a ideia de criar uma moeda para transação entre os bancos centrais do mundo, para que o aumento ou redução da liquidez de divisas de países estivesse atrelado à movimentação realizada por essas instituições administradoras.

Entretanto, Harry Dexter White propôs que a concentração do controle monetário deveria estar numa nação economicamente desenvolvida e estável e que os EUA seria esse país. É nesse momento que o câmbio dos países aliados ficou definido como um regime de câmbio fixo ajustável, que estabeleceu o padrão-dólar, que atrelava a conversão das moedas internacionais ao dólar, ao mesmo tempo que o dólar reservava seu valor atrelado ao ouro. Os Bancos Centrais de cada país, portanto, estariam livres para realizar a conversão de dólar para ouro quando achasse necessário, a partir de então, os países começam a adotar o padrão-dólar-ouro de conversibilidade para suas moedas. É somente em 1971 que a conversibilidade da moeda deixa de estar atrelada a

esse padrão estabelecido em Bretton Woods, mas o dólar realiza sua manutenção como moeda mundial para trocas.

Durante o período em que o mundo adotou o padrão-dólar-ouro de conversibilidade de suas divisas, as economias que estavam sob o acordo e embaixo das instituições criadas em Bretton Woods se esforçaram para realizar suas operações financeiras somente com dólar, não emitindo moeda e contribuindo para o aumento da inflação nos EUA no fim da década de 70.

É somente com o fim do padrão-dólar-ouro que os países com regimes de câmbio fixo passaram a adotar o regime de câmbio flutuante e atrelar o valor de sua moeda pela oferta e demanda da quantidade de moeda do país no mercado. Nesse momento, o papel dos bancos centrais passa a ter menos relevância do que durante o câmbio fixo no sentido de oferta de moeda. Os BCs focam seus esforços em diminuir e estabilizar os níveis de inflação de sua economia internamente.

Ao final da conferência, também ficou definida a criação de duas importantes instituições financeiras internacionais: o *International Bank for Reconstruction and Development* (BIRD) e o *International Monetary Fund* (IMF). A criação dessas duas frentes tinha como principal objetivo promover o desenvolvimento econômico de economias periféricas e socorrer economias afetadas ao fim da segunda guerra, além de elevar o controle Americano sobre as transações entre países. É nesse momento que o padrão-ouro termina e o padrão-dólar-ouro têm início. Também é nesse momento que algumas economias emergentes, como o Brasil, passam a financiar seu crescimento econômico som recursos disponibilizados pelo FMI e pelo BIRD.

Apesar de ser o primeiro grande acordo internacional estabelecido ao fim da segunda guerra, esse foi apenas o primeiro de importantes acordos realizados com o intuito de expansão dos fluxos de comércio internacional. Posteriormente, veremos como a GATT de 1947 foi importante para aumentar o volume desses fluxos e até mesmo para a criação da Organização Mundial do Comércio que, por sua vez, age como uma “terceira instituição” de Bretton Woods, responsável pela regulação do comércio no mundo.

2.2. Acordo Geral sobre Tarifas de Comércio (GATT de 1947) e Criação da Organização Mundial do Comércio.

O Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio de 1947 (*General Agreement in Tariffs And Trade 1947 – GATT*), que contribuiu fortemente para a posterior criação da Organização Mundial do Comércio, foi criado para assumir o papel de “terceira instituição” internacional – somado às outras duas instituições criadas em Bretton Woods – para lidar com o âmbito comercial e visando reduzir tarifas cambiais principalmente sobre bens industriais e barreiras de importação e exportação entre os países membros. O aumento dos fluxos internacionais de comércio que ocorreram a partir de 1950 e se desenvolveram até meados de 1994 foi resultado de décadas de esforços e negociações, que iniciaram no GATT e se desenvolveram com a Organização Mundial do Comércio, sendo que a segunda, de maneira mais intensa a partir de 1995 (BARBOZA, 2004, p. 2).

O acordo foi assinado em sua criação por 23 economias na cidade de Genebra. O texto original do GATT tinha como princípios: a transparência, a soberania do acordo, a similaridade, a reciprocidade e a não descriminação de nenhum país, além de prever nos seus principais artigos: o tratamento geral de nação mais favorecida, o tratamento nacional no tocante a tributação e regulamentação internas, dispunha uma lista de concessões, liberdade de trânsito, direitos “*anti-dumping*” e de compensação, valor para fins alfandegários, emolumentos e formalidades referentes à importação e exportação, marcas de origem, publicação e aplicação dos regulamentos relativos ao comércio etc.

Ao estabelecer tais artigos, o GATT de 1947 buscava ampliar o comércio entre países que aderissem o acordo de maneira consistente e homogênea. Nos primeiros artigos da GATT, ao prever o tratamento geral de nação mais favorecida, visava honrar seu princípio de não descriminação, ou seja, ao realizar concessões tarifárias à um país membro do acordo, esta concessão devia se estender a todos os outros países membros. Entretanto, apesar de buscar o multilateralismo no seu primeiro artigo, o GATT abriu brechas em artigos posteriores para negociações unilaterais e, consequentemente, para a criação de acordos específicos de comércios entre economias; é nesse momento em que os grandes acordos unilaterais entre países começam a ganhar espaço e se

tornam importantes ferramentas utilizadas a favor das estratégias de câmbio entre países.

O GATT pretendia assumir o papel de acordo provisório e durou de 1947 a 1994, realizando oito grandes rodadas de negociação. Os principais resultados atingidos pelo acordo foram a ampliação do fluxo de comércio, a expansão do número de países membros e a ampliação dos temas tratados, que se tornaram mais específicos: tarifas aduaneiras, comércio de bens agrícolas, comércio de serviços, barreiras não tarifárias, subsídios, medidas antidumping, salvaguardas, propriedade intelectual, compras governamentais, comércio de têxteis, investimentos, dentre outros.

A China era um dos países membros da GATT, durante sua criação, mas com a revolução de Taiwan, ocorrida no país em 1949, o então representante decide, de maneira unilateral, se retirar do acordo. O país só volta a se aproximar das negociações de comércio mundial em meados de 1986, interessado justamente em aumentar seu fluxo de comércio através dos acordos unilaterais e multilaterais permitidos entre membros do GATT e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A OMC é criada visando a continuação do trabalho do GATT, bem-sucedido em termos de aumento dos fluxos de comércio e tinha duas principais frentes de ação: a integração de países menos desenvolvidos e em desenvolvimento nessas relações comerciais e realização de negociações em diversos novos temas, já que na GATT eram debatidos temas de âmbito de redução de tarifas alfandegarias (BARBOZA, 2004, p. 2). A primeira rodada de negociações estabelecida pela OMC é a Rodada do Uruguai, no ano de 1994. Essa rodada trouxe incertezas quanto ao funcionamento da nova organização mundial, isso porque os debates não conseguiram avançar além do já estabelecido anteriormente. Esse grande nível de incerteza incentivou ainda mais a criação dos acordos bilaterais de comércio, cerca de 135 novos acordos foram notificados à OMC a partir de 1995 (BARBOZA, 2004, p. 3).

A expansão do número de acordos bilaterais de comércio, que ficaram também conhecidos como “acordos de livre comércio” é quem define os próximos passos do sistema de transações internacional, diferentemente do planejado com a criação da

organização. Bhagwati (2003) se preocupa com a chamada “epidemia” dos acordos bilaterais é uma forte ameaça no processo de inserir as economias mais pobres no sistema de comércio mundial, afirma que esses acordos voltam, mais uma vez, a destruir o conceito de “nação mais favorecida” previsto desde a criação da GATT e defendido pela OMC.

2.3. A Aproximação da China e Organização Mundial do Comércio no Fim do Século XX

Apesar da procura da expansão do comércio internacional, tanto o GATT de 1947 quanto a Organização Mundial do Comércio não tiveram aceitação imediata de todos os países do globo. Um dos países que se manteve afastado das Instituições de Financiamento Internacional e dos acordos comerciais da OMC até o fim do século XX foi a China. A China tinha como principal estratégia econômica e cambial, até meados de 1980, a autossuficiência econômica através dos projetos “Grande Salto para Frente” e “Revolução Cultural”, mas no ano de 1978 o país inicia sua “Política de Portas Abertas” buscando implementar reformas para modernização do país. (ALTEMANI, ano).

A aproximação da China com as instituições de controle do comércio de ordem mundial somada ao seu grande crescimento econômico nos últimos anos fez com que estudiosos definissem como razão da boa sucessão dos planos econômicos dessa economia, o processo de transição para economia de mercado que a China passou no fim do século XX. Esse processo foi chamado de “*dual trick*” pela forma dual dos chineses de introduzir forças de mercado sem abandonar o planejamento econômico, proteção e desenvolvimento das indústrias do país, principalmente no que tange a liberalização da agricultura, o estímulo às empresas rurais e as reformas no sistema financeiro e empresarial (GUIMARÃES, A., 2012, p. 104).A liberdade adquirida pela economia chinesa no comércio mundial pode ser explicada pela junção de três importantes fatores: seu tamanho, sua taxa de crescimento e a sua posição geopolítica. Esses três fatores somados abrem margem para uma maior autonomia da Economia para negociação com outros países e com empresas multinacionais. Em 1970, quando a China começa a se aproximar dos Estados Unidos da América, as condições encontradas pelo país são favoráveis para financiamento e permitem acesso privilegiado ao mercado americano;

essas variáveis foram combinadas com o estímulo de exportações e atração de capital estrangeiro. (GUIMARÃES, A., 2012, p. 106).

Importantes ferramentas na manutenção do crescimento econômico chinês, as chamadas “Reformas” ocorrem a partir de 1978. Essas reformas tinham como objetivo modificar o comércio exterior do país, adequando-o a seguir também as normatizações e orientações dadas pelo mercado internacional; nesse momento ocorre a redução das tarifas aduaneiras e das demais barreiras existentes, e a China começa a assumir papel mais “flexível” no âmbito do comércio externo (GUIMARÃES, A., 2012, p. 107).

A flexibilização da economia chinesa foi acompanhada pelo estabelecimento de novas estratégias cambiais: a desvalorização cambial e a criação de ZEEs (Zonas Econômicas Especiais). A partir da criação dessas novas estratégias, a China conseguiu aumentar cerca de 17% o nível de suas exportações no período de 11 anos (1984 e 1995). Posteriormente à entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, o país passou por uma nova aceleração econômica e aumentou ainda mais seu potencial exportador. O valor exportado pelo país cresceu de U\$1,2 trilhão em 2007 para U\$3,1 trilhões em 2011. (GUIMARÃES, A., 2012, p. 108).

A aproximação da China com outros países do globo bem como sua acessão à Organização Mundial do Comércio se mostrou como um grande desafio para a própria OMC. A entrada do país é resultado da opção de seu governo por adaptar o antigo modelo econômico socialista a um modelo planejado com vieses da economia de mercado: o denominado modelo de economia socialista de mercado. Também é resultado do acolhimento do país pelas outras economias membros da Organização, com a intenção de controle dos produtos chineses e da possível firmação de acordos multilaterais; o mercado chinês possuía um vasto portfólio de produtos e um mercado em constante expansão (THORSTENSEN, 2012, p.2).

A China era uma das 23 partes contratantes do antigo GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que entrou em vigor em 1948. Com a revolução de 1949, o governo de Taiwan decidiu unilateralmente se retirar do Acordo. Em 1986 o governo da República Popular da China solicitou o status de parte contratante. Um Grupo de Trabalho foi criado em 1987 e por 14 anos a

acessão da China foi negociada. A China participou como observadora da Rodada Uruguai e assinou a Ata Final de Marraqueche, mas o seu status de membro da OMC não foi reconhecido. As negociações para a acessão prosseguiram e foram concluídas em novembro de 2001, quando se lançou uma nova rodada de negociações da OMC, a Rodada de Doha. (THORSTENSEN, V., 2012, p.3).

No ano de 1980 a China aderiu ao Banco Mundial e ao FMI e no ano de 1986 passou a ser um membro observador no GATT. No ano de 1986, o país solicitou a inclusão como membro oficial do GATT, intencionado a diminuir as pressões que sofria acerca do NMF com os EUA, por conta do acordo comercial bilateral entre os EUA e China, assinado em 1979. Os EUA estavam descontentes com os tratamentos impostos pela China acerca dos direitos de propriedade cultural e acesso ao mercado.

Em 1995 a China anunciou o corte de tarifas de importação e redução das outras barreiras não-tarifárias e em 1996 a China assinou o acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual com os EUA. Por fim, o acesso chinês à OMC foi efetivado em 11 de dezembro de 2001, posteriormente à aprovação do status de “Relações Comerciais Permanentes e Normais” aprovado pelo Senado Americano em 2000.

A política econômica adotada pela China para abertura de seu mercado e expansão do seu domínio de mercado como economia exportadora é resultado de políticas fiscais, cambiais e monetárias adotadas pelo Estado Chinês durante todo o século XX. O próximo capítulo busca explorar momentos históricos importantes para a compreensão das principais estratégias, nesse sentido, adotadas pelo país.

3. Desenvolvimento político e econômico chinês ao longo do séc. XX

O presente capítulo busca explorar o desenvolvimento político e principalmente econômico vivenciado pela China ao longo da segunda metade do século XX e entender quais foram os principais gatilhos para o desenvolvimento do modelo adotado pelo país atualmente, enfatizando a importância do Partido Comunista Chinês (PCCh) que surge em 1918 e assume a liderança do país 21 anos depois. O capítulo utiliza, principalmente, do livro escrito por Shu Sheng (2012) denominado “A História da China Popular no Século XX”, tendo sua linha temporal semelhante, bem como referenciais teóricos, buscando explorar três momentos importantes para a constituição da economia chinesa como desenvolvida atualmente: a Revolução de 1949, o Grande Salto Para Frente (1958-1960) e a Revolução Cultural (1966-1970).

Compreende-se a extrema importância das raízes culturais dessa economia milenar para a tomada de decisões que se desenrola a partir da metade do século passado, muito influenciadas pelo confucionismo e taoísmo, que conduziram a construção das estratégias de desenvolvimento econômico para caminhos muito distintos dos adotados no ocidente e objetos de estudo da economia política clássica e que, conforme apontado por Pomar (2021) colocam a China em posição distinta dos demais países exportadores na atualidade: a estratégia de abertura internacional da China é marcada pelas lições de tolerância típica de Lao-Tsé e Confúcio e possui sua própria concepção de Comunidade de Destino Compartilhado.

Considera-se que o país possui cerca de cinco mil anos de existência, tendo seu nascimento conduzido por famílias camponesas que produziam arroz e demais cereais em larga escala até que essa se tornasse sua principal ocupação laboral. Dois mil anos a.C. era responsabilidade da Elite do país a construção de projetos de irrigação e engenharia, o que resultou no nascimento de cidades emuralhadas – similares aos feudos na economia ocidental – onde famílias trabalhavam de maneira compulsória para sobrevivência; assim se consolidou o primeiro modo de produção asiático. Ademais, quando se observa a primeira fase descendente da economia chinesa – composta por ciclos ascendentes ou descendentes – entre 770 a.C. e 71 a.C. se verifica que a metalúrgica de bronze se espalhou pelo território, o que elevou a capacidade da

produtividade do trabalho no campo e abrindo uma nova fase ascendente, culminando na formação de um novo Estado Nacional, que retoma a construção da Grande Muralha com mais de 4.400 quilômetros de extensão e construída em 10 anos de trabalho (POMAR, Wladimir, 2021).

Durante o século XX a China passou por diversos acontecimentos que definiram o rumo de seu desenvolvimento político e econômico, dentre eles, o período das guerras do Japão e da Coréia, o movimento das Cem Flores, o Grande Salto Para Frente e a Revolução Cultural. Até meados de 1920 a China era uma economia rural, onde cerca de 80% da população vivia em pequenas aldeias. É somente com a dominação estrangeira, composta principalmente por países ocidentais, que essa economia artesanal e agrária local chega à ruína. A dominação que se constituía em controle de ferrovias para exportação e importação e isenção de tarifas alfandegárias também facilitava o controle político e cultural da economia chinesa por membros da elite, que se utilizavam de sedes em grandes cidades para disseminar sua influência. Simultaneamente, alguns senhores rurais se juntavam à classe burguesa (*rentniers*) e trabalhadores urbanos realizavam protestos violentos.

É nesse cenário que Sun Yat-Sen reorganiza o partido Nacionalista no *modus operandi* Leninista, o Guomindang, e obtém até o fim de 1927 o controle de parte da China, partindo de sua base na região sul do país, acendendo esperanças de que sua força militar pudesse vencer os caudilhos militares locais e unificar a China Revolucionária. Entretanto, a China se encontrava em momento de guerra contra a invasão japonesa (1937), o que impossibilitou efetivamente a unificação nacional.

O Exército Vermelho dos comunistas encontra nessas movimentações em meados de 1935, portanto, oportunidade para expandir sua influência política no país. Sob a liderança de Mao Tse-Tung, no fim da Guerra Sino-Japonesa, em 1945, o Partido Comunista já havia assumido controle por cerca de um terço do território nacional. Nesse contexto, eclode a Guerra Civil entre Mao Tse-Tung e Chiang, resultando na derrota das forças Nacionalistas, que partem para refúgio na Ilha de Taiwan.

A partir de 1949, os Comunistas proclamam a República Popular Chinesa e realizam diversas transformações no país, rompendo com o sistema de poder anterior e com sua estratégia político-econômica. Ao mesmo tempo, o país enfrenta mais uma guerra, a Guerra da Coreia.

3.1.1. Principais transformações ocorridas a partir de 1949

Depois de vitoriosos na guerra civil, o Partido Comunista assume o poder e proclama a República Popular Chinesa. Seu primeiro grande ato, foi o violento extermínio de contrarrevolucionários, ocorrido em 1951. Estima-se que, entre 1949 e 1953, tenham ocorrido cerca de um milhão de execuções.

Buscando recuperar a economia chinesa, o governo repara a rede de transportes de toda a China, estabelece novo fluxo de mercadorias entre cidade-campo, controla a inflação através do sistema bancário, que passa a ser comandado pelo governo chinês. Nesse momento, a Bolsa de Valores de Xangai, centro de especulações, é fechada. O governo também envia grãos, algodão, carvão e sal e outros produtos de primeira necessidade para a população das cidades, ao mesmo tempo em que cria lojas estatais e monopoliza a compra e venda de produtos. Tal controle rígido das transações ocasiona a queda da inflação e, a partir de 1950, os preços dos produtos começam a cair.

A República Popular Chinesa também tinha de enfrentar outros desafios nesse período, dentre eles, mais uma guerra: a Guerra da Coreia. Para tanto, a Economia necessitava aumentar sua produção, portanto, o Estado submeteu o setor privado aos planos de produção estabelecidos pelo governo. Em três anos, a produção total do país aumentou cerca de 149%.

Em 1953 o governo chinês começa a implementação de seu primeiro plano Quinquenal, que consistia em aumentar esforços econômicos para desenvolvimento da indústria pesada. Para tal, o regime comunista conta com suporte soviético, que desenvolveu no total 156 projetos, dentre eles, o projeto nuclear. A China constitui seu sistema industrial completo e se torna autossuficiente na fabricação de máquinas e

equipamentos, no fornecimento de energia elétrica e de matérias primas. Sob o incentivo soviético, o país também se torna capaz de fabricar aviões de guerra, caminhões e locomotivas modernas.

A China também constitui, até julho de 1955, sua reforma agrária e sua campanha de extermínio de contrarrevolucionários, o que destrói a velha política adotada no campo e permite que os comunistas assumam o poder e domínio das aldeias.

O regime comunista controla a compra e venda de cereais, algodão e demais produtos a partir de 1953, obrigando camponeses a entregar parte de sua produção ao Estado e vender o restante de sua produção também para o Estado, sob um preço fixo definido; nenhuma empresa privada era autorizada a comercializar diretamente com camponeses e o Estado fornecia a população uma cesta básica de consumo, sob um preço também fixo. As empresas de comércio privadas foram limitadas às vendas varejistas. Em 1954, o comércio atacadista privado foi proibido e substituído por uma rede de lojas do governo, o que fez com que a indústria privada dependesse da intermediação estatal tanto para venda, quanto para compra de seus produtos. O Estado encomendava de empresas privadas itens para processamento e manufatura. O setor capitalista é submetido ao plano dos comunistas.

Portanto, entre os anos de 1952 e 1953, enquanto passava pela Guerra da Coreia⁸, o Estado chinês adotou o trabalho das empresas privadas, lhes fornecendo matérias-primas e estabelecendo contratos de produção. As empresas privadas, por sua vez, tinham a garantia de uma margem de lucro entre 10% e 20%, que era garantida pelo Estado, a fim de incentivar maior nível de produção. Desse modo, o sistema privado é

⁸ A China firmara forte aliança com a União Soviética no início de 1950, essa aliança estabelecia que dentre suas prioridades, o país deveria promover a revolução proletária e comunista internacional, principalmente no oriente. Portanto, o país adentra na Guerra da Coreia, que começou sob a invasão da Coreia do Norte Comunista ao lado Sul do país, até então apoiado por forças americanas. A China finaliza sua participação na guerra no ano de 1953, com o saldo de 700 a 900 mil mortos.

colocado sob o plano de planificação da economia chinesa, é nesse momento em que surgem as empresas de gestão mista. A partir de 1956, o Governo Comunista estabelece o pagamento para empresas privadas de 5% a.a. sob o capital fixo, sob taxa de juros prefixada. Essa política é adotada por cerca de 10/12 anos e é desembolsado por parte do Governo o valor estimado de 120 milhões de *yuans* por ano. Durante o primeiro quinquenal, os governantes também estabeleceram o chamado *hukou*, sistema que fixava cada cidadão chinês num lugar permitido de habitação, visando manter a ordem no processo de industrialização pelos quais os grandes centros passavam. Posteriormente, esse sistema passou a representar a carteira de identidade do cidadão chinês.

Após esse período, a economia chinesa viria a passar pelo chamado “Grande Salto Para Frente” (1958 – 1960), onde o Estado administra diretamente as empresas e os sindicatos passam a perder força de atuação.

3.1.2. O Grande Salto Para Frente

Em 1950, Mao iniciou o processo de Reforma Agrária, onde redistribuía terras em domínio de grandes latifundiários para famílias camponesas. Nesse processo, o país sente uma queda drástica no seu nível de produção agrária. O aumento da produção industrial aumentou 30,2% em 1953, contra um aumento de apenas 5,6% em 1955. Essa queda no aumento da produção industrial foi ancorada, principalmente, pelo baixo nível de produção que o setor agropecuário enfrentava. Mao Zedong começa a enxergar que a agricultura familiar era prejudicial em termos econômicos para o desenvolvimento das forças produtivas do país, e, contudo, decide aumentar incentivos para aceleração da coletivização da agricultura.

O PCCh tinha como ideal para manutenção da evolução de suas forças produtivas a coletivização da agricultura, que consistia no ato de partilha entre famílias camponesas de mão-de-obra e de animais de tração. Segundo Shu Sheng, a partir de 1953, o modelo de cooperativas começa a ascender ao esquema de produção familiar privado. Uma cooperativa era composta por cerca de 30 a 50 cooperados, os animais de tração eram entregues à administração dessas cooperativas e as decisões de produção

também eram centralizadas nessas administrações. Nesse momento, os antigos camponeses e produtores/artesões rurais são transformados em operários rurais, tendo direito de manter cerca de 10% de sua terra para cultivo de itens de consumo próprio, ou para pequena comercialização a varejo, em feiras comerciais. Em 1953, o governo chinês também estabelece o ato de “compra e venda única”, onde produtores eram forçados a entregar uma cota fixa de sua produção ao Estado Chinês – essa cota não se alterava em momentos de crise, o que colocava os produtores, muitas vezes, em situações de vulnerabilidade econômica.

A coletivização acelerada estabelecida em 1955 por Mao foi prejudicial aos interesses dos camponeses que, para evitar a entrega de gados ao Estado, recorreu ao abate deles. Ademais, a entrega fixa das cotas de produção fazia com que produtores tivessem de recorrer a “emprestimos” com o PCC em momentos de crise. Conforme Shu Sheng *“Em consequência, os camponeses ficavam sem incentivo para produzir mais e melhor, na medida em que o Estado socialista eliminou, passo a passo, suas perspectivas de melhoria de vida”* (2012).

3.1.2.1. A Febre do Aço

O grande salto para frente se desenvolveu na indústria chinesa através da chamada “febre do aço”. Segundo Sheng (2012, p. 50) a partir de agosto de 1957 a União Soviética lança o primeiro míssil balístico intercontinental (ICBM), em seguida coloca em órbita a *Sputnik* e anuncia, em novembro do mesmo ano, que a URSS ultrapassaria os Estados Unidos na produção de itens principais (aço, petróleo, cimento etc.) pela primeira vez em 15 anos. Posteriormente à tais feitos, os líderes de partidos comunistas se reúnem em Moscou para uma conferência, onde simbolicamente Mao afirma que *“o vento do oriente está prevalecendo sobre o vento do ocidente”*. Em dezembro de 1957, a Comissão Nacional do Planejamento chinesa anuncia a meta de aço para 1958: 10,7 milhões de toneladas, o que representava um crescimento de 100% sobre a produção total no ano de 1957.

Apesar de definida, a meta não estava perto de ser alcançada no primeiro semestre na economia chinesa. Até julho de 1958 o país tinha produzido apenas 4,5

milhões de toneladas de aço. A fim de reverter a situação e cumprir a meta, Mao decreta a campanha do aço, quando o primeiro-ministro chinês Zhou Enlai (1898 – 1976) divide os ministérios em oito grupos responsáveis pela montagem dos fornos de aço de seus respectivos setores. Segundo Shu Sheng “*todas as faculdades na capital montaram fornos em seu campus*”.

3.1.2.2. A Grande Fome Chinesa

No começo do ano 1958 Mao começa a botar em prática sua sequência de planos, posteriormente conhecidos como “ciclos mentirosos”, que tinham como principal objetivo estimular o aumento da meta de produção de produtos agrários. Nesse sentido, o governo estabelecia o “plano I” com uma meta estipulada de determinado bem, mas continuava a estabelecer o “plano II” aumentando, posteriormente, a meta inicial, enquanto nas províncias também eram estabelecidos planos III, IV, V, e assim por diante, tornando as metas de produção cada vez mais irreais. A consequência desses planos é que os condados da China publicavam relatórios que apontavam crescimento irreal e superestimado, esses relatórios foram chamados de *sputniks*, por serem relatos tão fantásticos a ponto de se compararem com o lançamento da Sputnik, pela União Soviética. Economistas e membros do PCC não questionavam tais números inflacionados com receio de serem apontados como “direitistas”, ademais, economistas já haviam passado por um processo de “reeducação” no ano anterior, durante a campanha anti-direitistas.

Enquanto detidos quaisquer cidadãos chineses que questionassem os métodos de crescimento adotados no Grande Salto, muitos camponeses estavam passando por um período de fome. Cerca de 20 milhões de pessoas morreram de fome entre os anos 1959 e 1962, dentre elas, muitas crianças, vítimas da desnutrição. Em 1963, a idade média dos mortos era de 9,7 anos, estima-se que metade dos mortos no período eram crianças com menos de 10 anos.

A fome acarretou o avanço de revoltas consideradas “contrarrevolucionárias”, principalmente nas cidades mais afetadas, dentre elas, Xinyang. O PC não demorou a responder às essas atividades e buscou contê-las enviando forças-

tarefas. Para Xinyan, em 1962, foram enviados cerca de 4.633 oficiais; também os dirigentes foram demitidos e alguns receberam pena de morte. O crescimento populacional sofreu quedas. Em 1957, a população crescia numa velocidade de 100.217 pessoas por mês, em 1962, esse número caiu para 72.219 pessoas (SHENG, 2012, p. 59). Nos campos de concentração, a situação de mortalidade era muito maior, estima-se que cerca de 20% dos prisioneiros tenham morrido de fome entre 1957 e 1961. Simbolicamente, membros do PCC também fizeram sacrifícios. Mao ficou cerca de sete meses sem consumir carne, assim como Zhou Enlai e Liu Shaoqi, outros dirigentes do Partido. Ainda não há consenso, entre os especialistas, acerca do volume de mortos na China entre 1958-1961, estima-se algo entre 17 milhões e 40 milhões de mortos pela fome.

Dentre as causas da grande falta de alimentos incorridas na China nesse período, Shu Sheng aponta “*com a dedicação da população aos fornos de aço e às obras de conservação da água, as plantações deixaram de ser colhidas por falta de mão-de-obra*”, o autor também destaca que “*A luta pelo poder, que culminou no expurgo do ministro da defesa Peng Dehuai (...) e a campanha nacional contra o oportunismo da direita impediram a correção dos desvios da esquerda, agravando os problemas da coletivização forçada e as crises no campo*”, a terceira causa apontada é o radicalismo de Mao, que expurgou milhares de cargos que tinham opiniões críticas às frentes socialistas, dentre elas, os refeitórios comunais; no início de 1960, cerca de 20% da população realizava alimentações nesses refeitórios, ao fim de abril de 1960, cerca de 89% da população, em 14 províncias, realizava suas refeições nesses ambientes. Isso significa dizer que, muitos camponeses atravessavam longas distâncias e regiões montanhosas para conseguir realizar sua alimentação diária.

A partir de 1960 também se inicia a discussão sobre o modelo de Anhui, que visava diminuir o nível de fome na China através da importação de trigo e cereais. Os grãos importados supriram, parcialmente, as necessidades da população, sendo que a população do campo não recebeu recursos o suficiente. Os camponeses reivindicavam seu direito de plantação individual desde 1955, mas é somente em 60 que adquirem o direito das “terras salva-vidas”, que consistiam em um pedaço de terra nas comunas

destinado para que os camponeses cultivassem alimentos para alimentação própria. Percebe-se, entretanto, que “equipes” de colheita que emprestaram terras para cultivo das famílias aumentaram sua produção em cerca de 39%. A Partir de então, Zeng fica convencido das vantagens da produção agrícola familiar. Mao propõe “12 pontos” da propriedade coletiva, que consistiam, basicamente, na devolução de recursos confiscados às comunas populares durante o período anterior, de terra e alimentos produzidos por cada um.

A partir de 1962 o PCCh começa a se afastar de Mao Zedong e o ano é marcado como o “racha” nessa relação. Quando visitando à China, Kim Il Sung, líder da Coréia do Norte no período foi confrontado com afirmações de Zedong, que acreditava que o Partido Chinês estava cada vez mais se afastando dos verdadeiros ideais socialistas, defendidos por ele.

3.1.3. A queda de Mao Zedong e a Revolução Cultural

Apesar de realizar sua manutenção no poder no início da década de 60, Mao Zedong já enfrentava questionamentos acerca de seu “radicalismo” no Salto Para Frente, que ocasionou a grande fome, dentro do partido que liderava. Já havia trocado seu ministro da defesa Peng Dehuai por Lin, para evitar que outros do partido se alinhasssem contra seus feitos, juntamente com o ex-ministro. Posteriormente, Zedong acreditava que uma peça teatral denominada “Demissão do Mandarim de Hai Rui” retratava a história dessa demissão e sua então esposa, Jiang Qing, solicitou que derrubassem a peça, mas os então ministros da cultura e da Propaganda negaram o pedido. Esse fato fez com que Mao acreditasse que os níveis de lealdade no partido estavam ameaçados.

Sentindo-se alvo, o então líder decidiu partir numa missão de “autodefesa”, onde perseguia Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, presidente do estado e seu secretário, respectivamente. Essa missão foi denominada “Grande Revolução Cultural Proletária” e através dela Zedong tomou o poder do importante jornal “Diário do Povo”, expurgou o então prefeito de Pequim, reorganizou seu grupo de comando, distanciando-se do partido, renomeou chefes de cargos estratégicos para manutenção do seu poder. Através

do jornal reforçava seu discurso de poder absoluto e instigava uma revolução cultural, com discurso voltado principalmente à população mais jovem: Mao pregava que estes deviam se unir contra os intelectuais burgueses e seus discursos capitalistas, ao mesmo tempo em que deviam encontrar os burgueses infiltrados no PCCh, antes que estes usurpassem o poder do proletariado, que vinha sendo conquistado sob apoio de seu líder (SHENG, 2012, p. 74).

Nie Yuanzi fez frente ao discurso de Mao na Universidade de Pequim, onde publicou escritos que defendiam a fala do Estadista. Tais escritos tiveram grande repercussão na Universidade e foram respondidos por muitos alunos, estima-se que este tenha recebido mais de 1.500 respostas inicialmente, dentro do campus. Posteriormente, Mao publicou os escritos de Yuanzi e reforçou o apelo político de caça aos anticomunistas. A partir da repercussão desses escritos surgiram os chamados “guardas vermelhos”, defensores do então líder chinês e de seus ideais de socialismo, um grupo de alunos universitários composto por oito integrantes, com idades entre 13 e 19 anos, se autodenominou dessa forma e declarava lutar pela “Revolução Cultural e Proletária”. Mais grupos surgiram inspirados pelo discurso de Mao de “caça aos ativistas” no âmbito universitário; esses grupos combatiam alunos e professores que manifestassem “ideais burgueses”. Em 18 de junho de 1966, cinco dias após o decreto de fim das aulas feito por Mao, Nie Yuanzi e um grupo de alunos amarraram cerca de 40 docentes em palanques com escritas pejorativas e os obrigaram a desfilar ajoelhados frente à multidão, nesse momento, algumas mulheres sofreram abusos sexuais em público. Posteriormente a esse momento, tornou-se comum que reitores e professores sofressem repúdio de alguns integrantes da sociedade; alguns suicidaram-se.

Em 15 de agosto de 1966, Pequim se encheu de guardas vermelhos, instigados a ver Mao Zedong, cerca de meio milhão de estudantes de todo o país acamparam no campus da Universidade de Pequim para o momento. Em 18 de agosto, Mao se encontra com cerca de um milhão de guardas vermelhos, numa celebração que ficou marcada na história das universidades chinesas: até hoje, diversos alunos usam faixas sob escritas de “guardas vermelhos” em seus uniformes, a fim de relembrar o

momento de “libertação” concedido por Mao aos alunos – Mao havia inocentado os acusados de direitistas pela campanha “anti-direitista” ocorrida em 1957.

Posteriormente ao primeiro ato, inicia-se a chamada “Revolução Cultural de Mao”, que incentivava a disseminação de sua ideologia através dos guardas vermelhos, na capital e nas cidades do interior. Nesse período, a imagem do então líder do PCCh se torna símbolo nacional e bandeiras com seu rosto, bem como outros objetos, começam a ganhar espaço no acervo da população; milhares de jovens penduravam o rosto de Zedong em suas fardas e marchavam pregando os princípios culturais da luta anticapitalista defendidos por ele. O fluxo dos guardas vermelhos, garantido gratuitamente por ordem de Mao, chegou a atrapalhar o funcionamento das redes de transportes nacionais, que por sua vez desencadeou uma série de problemas no fluxo de insumos e suprimentos para fabricação de mercadorias. Interrompeu-se a gratuidade do fluxo dos jovens a fim de melhorar o problema, por ordem do primeiro-ministro, medida que se mostrou eficaz.

Por meio de atos organizados pelos guardas vermelhos intitulados de “quatro-quebras”⁹ instituições, comércios e pessoas foram intimidas a trocar seus nomes por nomes da revolução. A propriedade privada, portanto, perde qualquer resquício de sua existência na China: burgueses são perseguidos e saqueados, empresas perdem o direito de comercializar produtos não aprovados pelo Estado, residências são invadidas se consideradas ameaças pelos guardas vermelhos. Ademais, esses grupos não tinham uma comunicação unificada, o que fazia com que residências fossem confiscadas mais de uma vez pela legião de guardas, de grupos distintos. Cerca de 114 mil famílias sofreram confiscos dos guardas no período de agosto a setembro de 1966.

⁹ O Movimento das Quatro-Quebras trata de um instrumento utilizado pelos guardas vermelhos na luta anticapitalista incentivada por Zedong. Esse movimento ficou conhecido por forçar a troca de nome de instituições, empresas e cidadãos chineses para nomes de luta, – um restaurante famoso denominado “Pato Assado” (*Quan-Ju-De*) trocou seu nome para “Restaurante Pato Assado de Pequim” - ao mesmo tempo em que proibia o comércio de produtos e serviços considerados burgueses – salões de beleza deixaram de prestar serviços de estética, lojas de grife trocaram seus inventários para produtos populares, clínicas de odontologia deixaram de prestar serviços de limpeza dental – atacava templos religiosos e perseguia budistas.

Simultaneamente, Mao aprovou um decreto que proibia a repressão do movimento dos guardas vermelhos pela polícia (SHENG, 2012, p. 90).

Com a legitimação do movimento dos guardas vermelhos concedida por Mao, a polícia chinesa não tomava partido em quaisquer situações, para evitar a acusação de traidores da pátria; contudo, milhares de pessoas sofreram da “reeducação” dos soldados, que consistia em espancamento público nas estações de Pequim, as chamadas “limpezas de classe”, que se espalharam pelo país e expulsaram milhares de famílias de suas moradias: essa famílias passavam a viver então em casas conjuntas, dividindo quartos com seus vizinhos, enquanto suas antigas residências serviam de escritórios comunistas.

O terror da população abriu margem para que Mao atacasse os dirigentes do partido que considerava ameaças, por demonstrarem aversão às políticas radicais de Zedong. O primeiro a sofrer o ataque dos rebeldes¹⁰ foi o ministro do carvão, que não concordava com as políticas adotadas no Grande Salto Para Frente; foi congelado e esfaqueado em público. Posteriormente, Liu Shaoqi foi submetido à prisão domiciliar, onde deixou de ter acesso aos medicamentos que tomava para tratar sua diabetes, foi torturado e morto pelos rebeldes. Deng Xiaoping foi forçado a trabalhar numa fábrica e teve seu filho assassinado, jogado da janela de um prédio. Milhões de funcionários e guardiões da cultura foram exilados em campos de trabalho forçado denominados “Escola de Quadros 7 de Maio”.

Os anos entre 1967 e 1976 foram difíceis para Zedong, que precisou controlar as facções criadas a partir de seu exército vermelho, manter sua posição de poder contra os “motins contrarrevolucionários” que sucederam e aos olhos da população chinesa, resolver o problema do desemprego dos jovens formados no ensino secundário do país – nesse sentido, Mao ordenou que fossem criados empregos para esses jovens, o que

¹⁰ Os chamados “rebeldes” surgiram posteriormente aos guardas vermelhos, mas tinham composição distinta destes. Os guardas vermelhos eram compostos por adolescentes filhos de dirigentes do PCCh, os rebeldes, por sua vez, tinham como missão exterminar dirigentes que se voltavam contra as políticas de Mao. Nesse momento, os guardas vermelhos se desintegram.

aprofundou a instabilidade econômica vivenciada pelo país na época. Entre 1966 e 1968 o PIB do país encolheu 14,2%. Portanto, o líder político definiu que esses jovens deviam se dedicar ao trabalho no campo, onde seriam “reeducados” pelos camponeses, a maioria dos 10 milhões de jovens formados no período seguiu as instruções políticas de Zedong, que mais tarde ficaram conhecidas como “subir às montanhas e descer às aldeias” e se tornaram uma estratégia de combate ao desemprego – ao mesmo tempo em que realizava a manutenção do culto à sua imagem.

O ano de 1969 marca o fim da Revolução Cultural, que teve como resultados, principalmente, a perda da fé comunista ocasionada pela democratização, a vitimização da geração partidária da elite chinesa e o não-benefício de nenhum agente econômico: os camponeses perderam direitos, os operários tiveram seus salários congelados, uma geração de jovens não ingressou nas universidades. Ao fim da Revolução de Zedong, o espírito revolucionário estava enfraquecido.

Deng Xiaoping volta a compor o quadro do PCCh com o enfraquecimento de Mao, ocasionado em partes pela queda de Lin Biao¹¹ e confirmado através da primeira manifestação espontânea por cidadãos no país, onde pediam o fim da ditadura e a volta do verdadeiro espírito marxista-leninista.

Mao morreu aos 86 anos, em 9 de setembro de 1976, e levou com ele o fanatismo comunista. Quem ascende ao poder, portanto, é Deng Xiaoping, que estabelece a quinta modernização: aproximando-se dos Estados Unidos e abrindo mais suas relações com o resto do mundo, marcando o início de uma fase de desenvolvimento de democratização.

¹¹ O marechal Lin Biao era um importante aliança firmada por Zedong, pelo suporte nas forças armadas que possibilitou a Mao a expurgação do PCCh e instalação plena do seu regime. Mao nomeou Lin Biao como seu sucessor no partido e permitia cultos à sua imagem, mas ficou com medo do poder que a figura de Lin tomou e, buscando extinguir quaisquer possibilidades de Lin ser o presidente do PCCh, exigiu que ele se autocríticasse em público, o que não foi atendido por Lin Biao.

Posteriormente, Lin Biao confiou todas as informações ao seu filho, Lin Liguo, que organizou uma fuga da família para Cantão, que não aconteceu porque sua irmã, Li-Heng, denunciou a família. Por fim, decidiram fugir as pressas para a Rússia e no caminho sofreram um acidente de avião, que levou a óbito todas as nove pessoas a bordo.

3.1.4. A Nova China e a acumulação em escala global – ascensão de Deng Xiaoping

A abertura da economia chinesa teve início no final da década de 70, avançando com a chamada mundialização financeira e possibilitou a redução dos custos globais de produção por meio de ganhos de escala combinado a elevadas taxas de exploração de trabalho na China.

No início da década de 1980 a China iniciou seu longo processo de abertura econômica internacional, que alterou o sistema financeiro internacional de maneira definitiva. A consolidação do crescimento econômico chinês coincidiu com a ampla inserção do país no capitalismo internacional, através da abertura econômica e mutação do modelo socialista, adotado a partir de 1949, com a Revolução Chinesa (MAJEROWICZ et al., 2022).

A Revolução Chinesa, conforme visto anteriormente, foi acompanhada de um grande projeto de expansão econômica e construção do socialismo, através de políticas voltadas para a industrialização, com ênfase no desenvolvimento da indústria de base e militar (MAJEROWICZ et al., 2022).

Após três décadas no comando da Revolução Chinesa, amparado pelo PCC, o óbito de Mao Zedong em 1976 ascende Deng Xiaoping¹² como novo líder do partido. Sob nova liderança, ocorre a implementação da proposta chamada de Quatro Modernizações, que consistiam em: modernização agrária, industrial, defesa e ciência e tecnologia. Dentre as medidas adotadas sob as Quatro Modernizações, destaca-se a desestruturação do regime de comunas, o processo de diversificação da propriedade – com o fim do monopólio estatal das propriedades coletivas, – o início do processo de

¹² Deng Xiaoping – Líder popular da China entre 1978 e 1992, pelo PCCh. Nasceu em 1904 e faleceu em 1997, na China. Trabalhou como metalúrgico, bombeiro e assistente de cozinha na França, onde apontou viver em condições insalubres. Se juntou à Juventude Comunista Chinesa em 1921, concluiu seus estudos em Moscou e retornou à China.

privatização, abertura comercial e reaproximação com os EUA e a inserção nas cadeias produtivas asiáticas globais. Todas as medidas tomadas marcaram a transição econômica do país, que realizou, entretanto, a manutenção do PCCh no seu braço político e do papel do Estado como agente controlador da economia (MAJEROWICZ et al., 2022).

A ascensão de Deng significava a defesa do desenvolvimento das forças produtivas como prioridade, em contraposição ao desenvolvimento das relações de produção, bem como correspondia à vitória de uma linha revisionista e da burguesia existente no interior do Partido, colocando a China na direção das reformas e da abertura econômica.

3.2. O nascimento do capitalismo no Estado Chinês e considerações sobre a Revolução Nacional

Amin (2013) aponta que o capitalismo no Estado chinês foi construído buscando três objetivos principais: construção de um sistema industrial moderno integrado e soberano, gerenciar a relação desse sistema com a pequena produção rural e controlar a integração da China no sistema mundial, controlado por EUA, Europa e Japão, durante o período. Seguindo os três objetivos, segundo o autor, seria possível avançar no caminho do socialismo. Entretanto, o autor também retrata que essa busca pelo fortalecimento dessas tendências pode resultar no capitalismo puro e simplesmente.

Hendler (2021) aponta que a China teve que partir de uma situação muito atrasada de desenvolvimento, destacando que até o final de 1940 seu capitalismo era rudimentar e pouco dominante do ponto de vista econômico e social, suas forças produtivas eram ineficientes, sua indústria tratava de um conglomerado de sistemas artesanais, a maior parte da população trabalhava no campo e vivia entre disputas de senhores feudais, o analfabetismo dominava grande parte da população e a presença de endemias era recorrente, sendo muitas delas mortíferas. Portanto, seguindo ideais marxistas, a Revolução Nacional que se inicia com Tsé-Tung foi denominada “democrática popular” porque englobava em sua aliança o operariado e diversas camadas da pequena burguesia nacional. Do ponto de vista econômico, realizou a

reforma agrária, liquidando o domínio feudal, implantou e desenvolveu científicamente as forças produtivas industriais, ampliou o trabalho assalariado sustentado pela burguesia nacional.

O autor também destaca que a intenção do PCCh e dos outros oito partidos que o apoiaram nunca foi estabelecer um Estado de transição para o capitalismo, mas um Estado que levasse em conta a necessidade de desenvolver as forças produtivas nacionais tendo a corrente socialista à frente do processo.

O capítulo 4 foi construído buscando o entendimento do processo de inserção da China na economia internacional a partir de 1980, sob o comando inicial de Deng Xiaoping. A partir da Revolução Nacional, o país se aprofunda no estudo das relações internacionais de maneira progressiva. A deterioração da China com a URSS em meados de 1960 fez com que o país buscassem maior nível de independência teórica e liberação ideológica. Zhou Enlai inaugura em 1963 o “*Decision on Strengthening Research of International Issues*”, que se torna o primeiro *think tanks* chinês. Posteriormente, há o surgimento do CIIS (*Chinese Institute of International Studies*), que é atualmente um dos institutos mais influentes na formulação da política externa chinesa (LEITE; MÁXIMO, 2013).

4. As Reformas Econômicas e Ascensão da China a partir de 1980

A economia política marxista chinesa teve de superar deficiências básicas dominantes em sua sociedade durante a segunda metade do século XX: economia agrícola ainda feudal, endemias disseminadas, moradias insuficientes, alimentação precária e analfabetismo em larga escala. Depois da busca por melhorias nas condições de educação, alimentação e moradias o país viu a necessidade de investimento em sua indústria e de sua agricultura recém distribuída, buscando uma infraestrutura modernizada.

Os dolorosos dez anos de “Revolução Cultural” enfrentados pela China foram constituídos buscando o fortalecimento econômico sem o desenvolvimento capitalista, marcando a resistência do país ante à abertura de suas fronteiras para a economia ocidental. Entretanto, com base em suas próprias experiências culturais e experiências de outros países soviéticos e democrático-populares, onde a estatização apresentava problemas de burocratização e de falta de capacidade de suprir as necessidades básicas de suas populações, o país buscou estabelecer um caminho adequado à dialética da história que permitisse uma transição mais tranquila e firme para uma sociedade de tipo superior no que tange a tecnologia e o mercado internacional. O resultado consiste na política de reforma e abertura, nomeada de socialismo de mercado, que teve início em 1978 (HENDLER, Bruno, 2021).

A reforma de abertura é consequência da avaliação do fracasso da experiência vivenciada durante a Revolução Cultural e é tratada como o “primeiro” estágio do socialismo a ser alcançado, enfatizando a propriedade pública como corpo principal da economia, mas admitindo o papel da propriedade privada como fator concorrencial, buscando principalmente desburocratizar empresas estatais e avançar no progresso tecnológico e nas revoluções científicas, desenvolvendo a capacidade produtiva do país. Portanto, os setores econômicos públicos e privados se tornaram os principais componentes da economia socialista de mercado. A partir de então, a China involuiu no sentido do socialismo, adotando práticas típicas de exploração de mão de obra capitalista, onde a construção e funcionamento de empresas privadas, inclusive estrangeiras, se constituía a partir do trabalho de cidadãos chineses – na visão marxista,

adotada pelo país, a mais-valia se concentrava, portanto, entre os capitalistas proprietários – mas preservou o setor produtivo de caráter público, buscando desenvolvê-lo a ponto de torná-lo independente do setor privado num futuro distante e satisfazer as necessidades da sociedade chinesa com o valor gerado por essas estatais.

O Estado Chinês também buscou realizar a manutenção do seu sistema de distribuição de renda aos trabalhadores, a fim de diminuir gradualmente a desigualdade econômica do país e articular o enfrentamento da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, que se desenvolve a partir da evolução na tecnologia de máquinas e equipamentos, ao mesmo tempo em que o Estado desenvolvia papel de orientador geral do desenvolvimento científico e tecnológico, numa tentativa de elevar a capacidade produtiva a nível de atender as necessidades sociais e superar a possibilidade de exploração do trabalho humano. A economia chinesa se debruçou a estudar criticamente as teorias econômicas ocidentais sobre finanças, preços, moeda, mercado, competição, câmbio etc. e desenvolveu sua estratégia econômica distinta de outras economias desenvolvidas sob o capitalismo, como os EUA. Tal dedicação ao estudo, nesse sentido, potencializou o crescimento econômico chinês e fez com que o país se tornasse um dos principais motores do crescimento global num curto período de 40 anos, desde o período de Reformas e Abertura. Entretanto, apesar de se equiparar com a economia americana em nível de PIB, o país ainda tem ao PIB per capita muito inferior (HENDLER, Bruno, 2021).

Deng Xiaoping traduz em incentivos governamentais para estudo das relações internacionais seus esforços para o desenvolvimento do pensamento crítico internacional chinês, o líder admite em um discurso (1979) que a ciência política, o direito, a sociologia e a política mundial foram erroneamente ignoradas nos últimos anos no país (GEERAERTS, 2001) e cria, em 1977, o CASS (*Chinese Academy Of Social Sciences*) dedicado ao estudo das ciências sociais e filosofia, além de instituir um curso obrigatório para todos os cursos universitários denominado *Política Mundial, Economia e Relações Internacionais Contemporâneos* (LEITE; MÁXIMO, 2013). Na década de 80, o país também cria a *National Association of the History of International Relations*, que posteriormente se torna a CNAIS (*China National Association of the History of*

International Relations) dedicada ao estudo das relações internacionais do país, que atualmente concentra 68 instituições membros (QIN, 2007, p. 316). Juntamente com o processo de abertura econômica chinês, portanto, se desenvolve o processo de intensificação do estudo científico das ciências sociais.

As reformas e abertura iniciadas por Xiaoping foram sustentadas por grandes empresas estatais e bancos públicos, que assumiram papel central na acumulação de capital e por empresas do setor privado nacional e internacional. A China continuou planejando seu desenvolvimento econômico em planos quinquenais, conforme vinha fazendo anteriormente, desde 1953. A partir do 5º plano quinquenal, são estabelecidas as metas de reformas, modernização, melhoria fiscal, bem como é realizada a manutenção na meta de crescimento da produção industrial e agrícola.

Quadro 1 – Planos Quinquenais Chineses

Planos quinquenais chineses		
1º	1953 - 1957	Desenvolvimento indústria pesada.
2º	1958 - 1962	Expansão industrial e coletivização.
3º	1966 - 1970	Melhoria na produção e fortalecimento da defesa nacional.
4º	1971 - 1975	Crescimento da produção industrial e agrícola.
5º	1976 - 1980	Melhoria fiscal, ajustar e reformar, modernização, crescimento na produção industrial e agrícola.
6º e 7º	1981 - 1990	Aumento nas metas de produção, aumento nos volumes de importação e exportação, melhorar educação.
8º e 9º	1991 - 2000	Desenvolvimento nuclear, manutenção do crescimento econômico, projetos de infraestrutura e inovação, segunda fase de modernização, limitação do crescimento populacional, aumento do PIB, extinção da pobreza.
10º	2001 - 2005	Taxa média de crescimento de 7%, aumento de empregados, aumento do PIB, estabilidade de preços, otimização da estrutura industrial, P&D, decrescimento populacional.
11º	2006 - 2010	Crescimento econômico, redução de consumo de energia e água, melhoria na educação, melhoria na empregabilidade.
12º	2011 - 2015	Crescimento econômico, aumento do PIB per capita, reajuste distribuição de renda, aumento da urbanização (51%), agricultura moderna e estrangeira, melhoria da malha rodoviária.
13º	2016 - 2020	Inovação, equilíbrio urbano, maior cooperação internacional, saúde universal, ecologização da indústria.

Tabela de autoria própria (2022).

Outro fator de importância para o desenvolvimento da economia internacional chinesa no período foi o fim da relação com a ex-URSS e a aproximação com os EUA. Enquanto se desenvolvia a Guerra Fria entre os países, a China reata relações diplomáticas com os EUA (em 1979), tendo essa retomada de relação muito influenciada pelo desejo americano de contensão do regime socialista que se espalhava pelo continente asiático. Wallerstein (1979) denomina o processo desenvolvido pela China nesse período como “economia de convite”.

Medeiros (1999) divide o processo de internacionalização chinês em duas etapas, sendo a primeira instaurada através de iniciativas de aproximação com os EUA e seu financiamento internacional, abertura para exportação americana de grãos ao longo da década e tratamento de nação mais favorecida concedida pelo país americano.

Consequentemente, conforme apontado no capítulo 2, o país se aproxima da OMC e se torna um membro observador do GATT. Essa aproximação favorece os objetivos chineses, já que é acompanhada de condições de financiamento favoráveis, com baixas taxas de juros e longos prazos de pagamentos. Em 1980, Medeiros (1999) aponta que há um *pool* de governos que concedem U\$18 bilhões em empréstimos à China, sendo que “*7 vieram de bancos franceses, 5 de bancos ingleses, 2 de bancos japoneses etc.*” Com acesso ao crédito internacional e fim de embargo comercial, a China retoma sua antiga relação de importação de grãos dos EUA, essa relação se aprofunda entre 1978 e 1979 e torna os EUA o maior parceiro comercial da economia chinesa. Posteriormente, o país recebe o tratamento de MFN (*Most Favorable Nation*), que conforme visto no capítulo 2, consiste num acordo bilateral que concede condições especiais para nações em desenvolvimento através de redução de tarifas; nesse momento, as tarifas americanas sobre os produtos de vestuários chineses caem para a metade e a China se torna o maior fornecedor de têxteis do país americano.

Nas tabelas abaixo, é possível verificar que a China constituiu de maneira efetiva suas parcerias comerciais econômicas, sendo que elas pouco se alteraram desde 1992 e 2020.

Tabela 1 – Maiores Parceiros Comerciais da China em 2020

TOP 5 EXPORT AND IMPORT PARTNERS		
Market	① Trade (US\$ Mil)	① Partner share(%)
① United States	452,493 ②	17.48
① Hong Kong, China	271,708 ②	10.49
① Japan	142,597 ②	5.51
① Vietnam	113,815 ②	4.40
① Korea, Rep.	112,476 ②	4.34
Exporter	① Trade (US\$ Mil)	① Partner share(%)
① Other Asia, nes	200,498 ②	9.69
① Japan	174,655 ②	8.44
① Korea, Rep.	173,100 ②	8.36
① United States	136,340 ②	6.59
① China	125,264 ②	6.05

Maiores parceiros comerciais chineses em 2020.

Fonte: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/2020/Summary>.

Tabela 2 – Maiores Parceiros Comerciais da China em 1992

TOP 5 EXPORT AND IMPORT PARTNERS		
Market	① Trade (US\$ Mil)	① Partner share(%)
① Hong Kong, China	37,512 ②	44.16
① Japan	11,679 ②	13.75
① United States	8,599 ②	10.12
① Germany	2,448 ②	2.88
① Korea, Rep.	2,405 ②	2.83
Exporter	① Trade (US\$ Mil)	① Partner share(%)
① Hong Kong, China	20,534 ②	25.48
① Japan	13,682 ②	16.98
① United States	8,901 ②	11.05
① Other Asia, nes	5,866 ②	7.28
① Germany	4,015 ②	4.98

Maiores parceiros comerciais chineses em 1992.

Fonte: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/1992/Summary>.

O aumento nos níveis de exportação chineses facilita o processo de implementação de programas de importação de máquinas e equipamentos iniciado pelo governo de Xiaoping, aumentando a modernização da indústria do pesada do país sem comprometimento da expansão da indústria leve de consumo e agrícola (MEDEIROS, 1999).

Em 1978 a China assina um acordo comercial com as principais nações capitalistas para importação e de plantas industriais completas de aço, carvão, energia elétrica, equipamentos de transporte, máquinas agrícolas e produtos químicos, totalizando cerca de U\$17,5 bilhão. Ademais, o país também assinou um contrato bilateral com o Japão que previa importações para China de plantas e equipamentos no valor de U\$20 bilhões, em contrapartida a importações de petróleo e carvão japoneses no valor de U\$10 bilhões, posteriormente o comércio foi expandido para cerca de R\$60 bilhões. A China também estabeleceu acordo de MFN com a França, Grã-Bretanha e Alemanha no mesmo período (BARNETT, 1981, p. 170).

A China também é favorecida pelo momento geopolítico, isso porque os conflitos comerciais entre os EUA e o Japão fizeram com que o iene sofresse intensa desvalorização frente ao dólar, o que resultou em taxas de câmbio depreciadas na maioria das economias da Ásia, dentre elas, o yuan. Posteriormente, se desenvolve um plano de reorganização das economias asiáticas (Coreia do Sul, Hong Kong, Formosa e Japão) acelerada através do investimento direto e comércio nacional: a melhoria dessas economias resulta na valorização de suas moedas. A China, por outro lado, continuou com sua moeda depreciada, situação que somada com os baixos custos de produção alcançados pelo país, resultou no deslocamento de capitais de Hong Kong, Formosa e Japão para a China, que contava com atrativas taxas de lucros nas zonas econômicas especiais.

A mudança da política cambial dos Estados Unidos, em meados de 1985, entretanto, volta a alterar esse cenário, desenvolvendo uma crescente pressão comercial sobre os países asiáticos que diminui o superávit das exportações desses países para os EUA, enquanto aumenta, simultaneamente, o superávit da economia chinesa com os EUA (MEDEIROS, 1999).

Nos anos 90, a China tinha sua economia interna composta por indústrias multinacionais americanas, japonesas e europeias, instaladas principalmente na ZEE de Pudong (estabelecida em 1990) e estabelece, a partir de então, uma política de domínio do mercado interno. Também nesse período se inicia a fragilização das relações comerciais entre China, EUA e Japão. Com o fim da guerra fria e novo panorama internacional estabelecido, os EUA, país mais influente nas decisões de empréstimos por instituições nacionais (FMI e Banco Mundial) nega diversos pedidos de crédito realizados pela China, sob a justificativa de que o país não respeitava os direitos humanos, ao mesmo tempo em que fragiliza seu tratamento de nação mais favorecida, que anteriormente era renovado de maneira automática. Também o Japão suspende a concessão de auxílio à China. Tal pressão comercial tinha, dentre outras razões, a intenção de acelerar a abertura de mercado da economia chinesa, que até então era realizada de maneira lenta e seguindo interesses nacionais (MEDEIROS, 1999, p. 505).

Entretanto, no final dos anos 90, a China já concentrava o segundo maior depósito de investimento internacional direto, era o décimo maior país em termos comerciais e o quarto maior país com maior volume de reservas internacionais. Nesse contexto, “os países asiáticos haviam se tornado reféns do dinamismo da economia chinesa”, sob as palavras de Medeiros (1999), já que essas eram as condições estabelecidas pelo país ao “abrir” suas portas ao mercado externo.

No que tange o desenvolvimento econômico chinês, as políticas econômicas iniciadas por Xiaoping buscavam, baseando-se em sua própria história e experiências econômicas passadas, criar um conjunto de reformas e um programa de desenvolvimento, utilizando de: a) reforma na utilização de terra numa direção parecida à proposta por Lênin com a NEP (Nova Política Econômica), b) o desenvolvimento de um programa de exportações intensivo somado à proteção do mercado interno, considerando as experiências de industrialização do passado que tiveram sucesso em seu objetivo, contando, para tanto, com estímulo externo através de investimento associado em suas ZEEs e utilizando-se de barreiras não tarifárias, câmbio desvalorizado e tarifas elevadas, c) constituição e fortalecimento da indústria pública nacional, com autonomia gerencial e baseada nas experiências de países asiáticos e do Brasil (até

1990), d) reformas nas empresas estatais já existentes, redefinindo seus incentivos e responsabilidades, inspiradas nas experiências da Hungria e URSS, e) promoção da coletivização empresarial, ou empresas coletivas, em municípios e agrupamentos urbanos, f) alteração do seu sistema de preços, até então controlado pelo estado, para um misto de preços regulados e flutuantes, ou de mercado (MEDEIROS, 1999).

A promoção das EVMs (Empresas Vilas e Municípios) continuada ao final do século, somada à política de preços para agricultura incentivada pelo Governo também foi decisiva para a estratégia de desenvolvimento chinesa. A industrialização no campo havia se iniciado com Zedong, mas as trocas foram desenvolvidas de maneira desfavorável à agricultura, buscando o desenvolvimento da indústria no Grande Salto Para Frente. A reforma de 1978, por sua vez, alterou esses termos de troca e liberou a comercialização do excedente agrícola privado, simultaneamente, rompendo com o sistema das comunas e criando estímulos às empresas rurais (MEDEIROS, 1999).

A China enfrentou desafios distintos dos enfrentados por economias que se desenvolvem sob o capitalismo, isso porque se encontrava nas condições de uma economia ainda fechada, portanto, com aceleração da taxa de crescimento e investimento reduzida. No desenvolver da produtividade agrícola, a economia foi abrindo suas fronteiras e modernizando seu processo produtivo industrial através da importação de máquinas e equipamentos, simultânea à assimilação de técnicas.

A estrutura do balanço de pagamentos da China entre 1978 e 1985 desenha seu processo de desenvolvimento econômico e abertura, isso porque apresenta um superávit instável simultâneo à um crescente e instável superávit na conta de transações correntes. A conta de capitais também apresenta um volume crescente de investimento estrangeiro. A balança comercial, por sua vez, apresentou um déficit maior que U\$11 bilhões em 1985, resultado do aumento nas importações de bens de capital e bens intermediários. A partir desse ano, entretanto, o cenário se altera, impulsionado pela aceleração da taxa de investimento do setor de bens de produção: há uma grande substituição de importações e um aumento do volume de exportação de bens da indústria leve, em particular têxtil. A partir de 1990 a China começa a registrar grandes superávits

na sua balança comercial ocasionado pelo excedente de investimento internacional ante o influxo de créditos do país.

Lyrio (1998) aponta que a razão principal do acelerado crescimento econômico chinês consiste na combinação entre os custos reduzidos em termos de emprego de capital para utilização de mão-de-obra abundante que o país possui e as elevadas taxas de poupança interna e investimentos decorrente da baixa taxa de consumo da população, que era composta, em sua maioria, por moradores do campo. Entretanto, o autor explicita que somente essas variáveis não são suficientes para o pleno desenvolvimento econômico de um país: a China também possuía população com certo nível de escolaridade – a taxa de escolarização das crianças chinesas chegou a 96% em 1976 - e boa estrutura de transportes, comunicação e energia, conquistados através do Grande Salto Industrial Chinês, durante o turbulento período da Revolução Cultural de Mao. Portanto, tanto as contribuições de Mao no âmbito industrial quanto as de Deng no âmbito das reformas são estratégicas para explicar a ascensão econômica do país.

Desde então, a economia chinesa continuou com suas elevadas taxas de investimento fixo (*gross fixed investment*) que passou de 30% do PIB no final da década de 1970 para 40% do PIB em 2005; essas elevadas taxas são comuns em países em expansão econômica e facilitaram a transferência da mão-de-obra agrária para setores tecnológicos no país, contribuindo para o rápido crescimento.

Atualmente, a economia chinesa se empenha no estudo das perspectivas da economia, da sociedade e da segurança nacional, do meio ambiente e do desenvolvimento científico e tecnológico, buscando fortalecê-los para desenvolver suas estruturas econômicas e sociais, limpar seu consumo de energia elétrica e melhorar o padrão de saúde da população, bem como melhorar seu nível de segurança nacional e meio ambiente. Também atua fortemente no desenvolvimento da Internet de baixo custo, satisfazendo a demanda de toda sua sociedade e de sua indústria de produtos manufaturados, que ainda apresentam performance abaixo da encontrada no mercado internacional.

4.1. Zonas Econômicas na China, Pressões Externas e Nova Rota da Seda

As ZEE (Zonas Econômicas Especiais) surgem em países da América Central e da Ásia Oriental anos antes de surgirem na China, mas se desenvolvem como primeira ferramenta econômica de abertura no país, sendo áreas específicas da indústria tecnológica com foco em exportação que se desenvolvem sob administração estatal. Seu foco de atuação é pautado na exportação de mercadorias, em sua maioria, manufaturadas, e essas regiões têm como objetivo, além da pauta de exportação, a geração de empregos e desenvolvimento tecnológico.

Deng Xiaoping é quem desenvolve as ZEE entre os anos de 1982 e 1987 no litoral do país, simultaneamente à abertura das cidades portuárias. A princípio foram criadas em cinco regiões litorâneas do país que, de maneira estratégica, se localizavam próximas aos centros de desenvolvimento econômico não-chineses (Hong Kong e Macau, independentes na época) sendo estas: Shanton, Shenzen e Zhuhai e nas províncias de Xiamen, Fujian e Hainan.

O desenvolvimento dessas ZEEs traduzia uma estratégia da economia chinesa para absorver capitais de Hong Kong e Formosa, importantes economias asiáticas no mercado internacional do período, controlando os efeitos internos dessa absorção de capital acelerada. Xiaoping desenvolve a estratégia “um país, dois sistemas” em 1980 e apresenta à Inglaterra, em período de negociações, a fim de incorporar o capital de Hong Kong e desenvolver o crescimento econômico chinês, diversificando sua indústria (MEDEIROS, 1999, p. 510).

Esse regime se baseava no processamento das importações com as empresas locais prestadoras de serviços às empresas estrangeiras ou com participação das empresas estrangeiras no processo, mas realizando a manutenção da autonomia na exportação chinesa. Empresas que tinham vínculos à essas zonas de exportação tinham ferramentas importantes para a expansão de seu mercado, como liberdade cambial e isenção tributária. A China pretendia, com isso, atrair investimentos externos e divisas estrangeiras, ao mesmo tempo em que realizava o abastecimento e desenvolvimento de

seu mercado interno com empresas chinesas que não se encontravam sob o regime das zonas de exportação (MEDEIROS, 1999, p. 512).

Portanto, no período, o comércio exterior da China foi suportado pelas ZEEs, centralizado em tradings estatais que exerciam monopólio de câmbio e tinham liberdade em tomar iniciativa de exportação promovida pela produção nas EVMs. As importações, por sua vez, possuíam elevadas tarifas (43% em 80 e 23% em 90), além de contarem com barreiras não tarifárias para diversos produtos. A China segmenta, segundo Medeiros (1999) dois regimes: proteção de mercado interno e promoção das exportações, simultaneamente à liberalização de acesso aos investimentos externos.

A desvalorização do yuan também traduz uma estratégia importante para o crescimento das exportações chinesas, isso porque se estabelece, a partir dessa, um mercado dual de câmbio: o oficial, administrado por uma taxa de câmbio flutuante e o mercado de “swaps” que restringia seu acesso às empresas que compunham as ZEEs e tradings do país (MEDEIROS, 1999, p. 512). No mercado de swaps a taxa de câmbio era ainda mais desvalorizada do que no mercado oficial, tal situação colocava a China sob condições macroeconómicas estáveis para seu crescimento.

Simultaneamente à estabilização da situação das exportações a assimilação de técnicas estrangeiras, a China desenhava outro grande passo de desenvolvimento da sua indústria nacional: o fortalecimento de suas Empresas Estatais (EEs). Essas empresas foram motoras para o crescimento da China e tinham como enfoque as indústrias de setores como refino de petróleo, química, carvão, máquinas e equipamentos, além de manter sua participação na produção industrial. Para aumentar o nível de investimento em suas EEs a China recorreu à combinação de um plano de autonomia geral sobre investimentos e acesso ao crédito, cedido através de empréstimos bancários.

Esse processo de industrialização alterou, contudo, a estrutura industrial descentralizada que se estendeu até os anos 70 de maneira distinta em dois “polos de indústria”. Num polo, aumentando o planejamento da economia através de empresas estatais que integravam o mercado interno, aumentando a divisão nacional de trabalho e

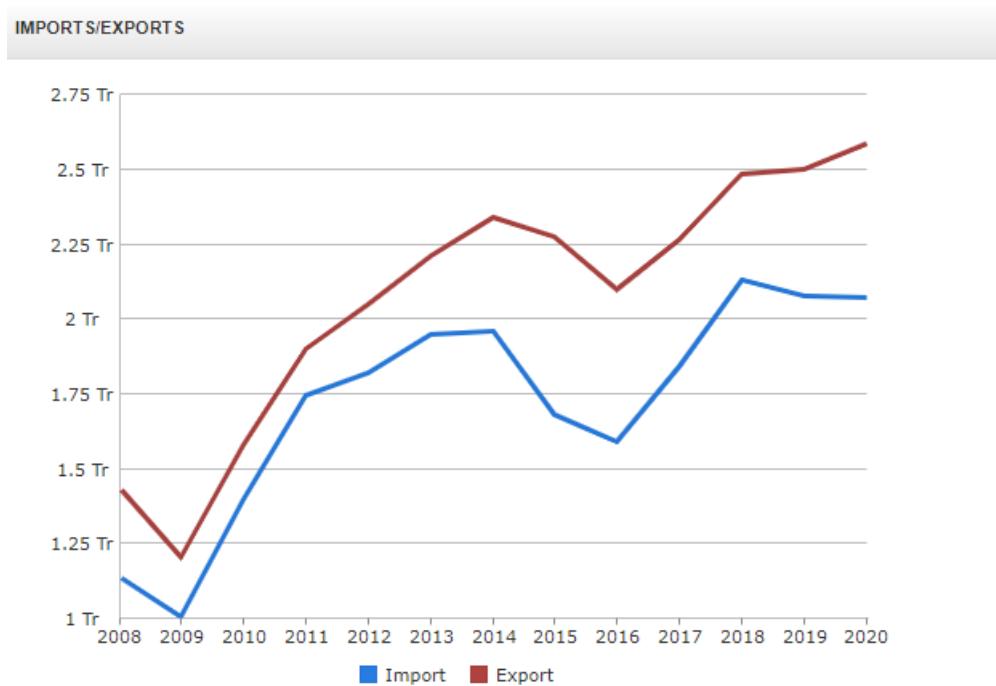
mantendo os preços dos insumos básicos e alimentos administrados. Num outro polo, cedendo maior nível de autonomia às empresas que se localizavam em vilas e municípios, e, consequentemente, aos camponeses, para produção e comercialização de seus bens produzidos à preço de mercado, ao mesmo tempo em que aumentava de maneira progressiva o número de itens que não tinha controle administrativo de seus preços (MEDEIROS, 1999, p. 514).

Contudo, a estratégia de industrialização chinesa promoveu nos últimos anos do século XX a criação e manutenção de grandes EEs e grupos industriais através de operações de fusões, aquisições, investimentos conjuntos, multiplantas etc., buscando desenvolver sua tecnologia nacional e, consequentemente, transformando sua estrutura regional. Nos anos 90, Xangai recebia grande volume de investimento externo, enquanto Shenzen se voltada para a exportação da indústria leve de consumo, por exemplo.

Contudo, as exportações e importações chinesas continuam a crescer em ritmo acelerado, sendo que nos primeiros anos do século XXI passaram a aumentar mais de 25% ao ano. Em 2007, o superávit do país sobe em quase 50% comparado ao ano anterior e atinge o valor recorde de U\$262,2 bilhões. A evolução do comércio chinês não se desenvolve somente no volume de produtos exportados, mas também na agregação de valor desses produtos. Os produtos tradicionais como têxteis, roupas e acessórios continuam sendo exportados em volumes relevantes – U\$115 bilhões em 2007 – mas passam a representar cada vez menos no total da pauta exportadora chinesa. Em contrapartida, as máquinas e produtos eletrônicos representam fatias crescentes dessas pautas exportadoras.

Nos gráficos abaixo, verificamos que a China manteve desde 2008 o seu saldo de Balança Comercial positivo e realizou incrementos tecnológicos na sua indústria, que possibilitaram a expansão de produtos tecnológicos e bens de maior valor agregado em sua pauta exportadora.

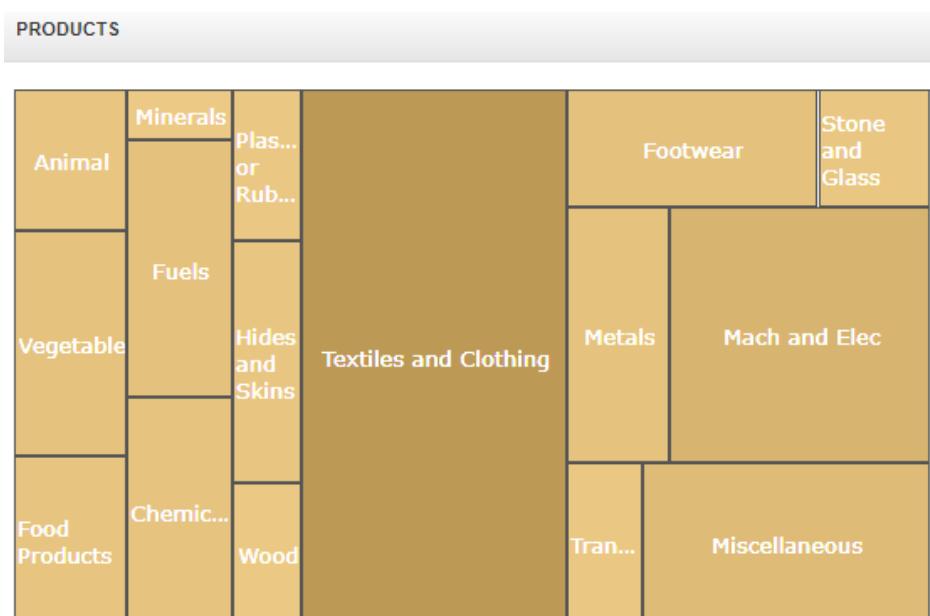
Gráfico 3 – Nível de Importação e Exportação da China



Comparação entre o nível de importação e exportação chinesa desde 2008.

Fonte: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/1992/Summary>

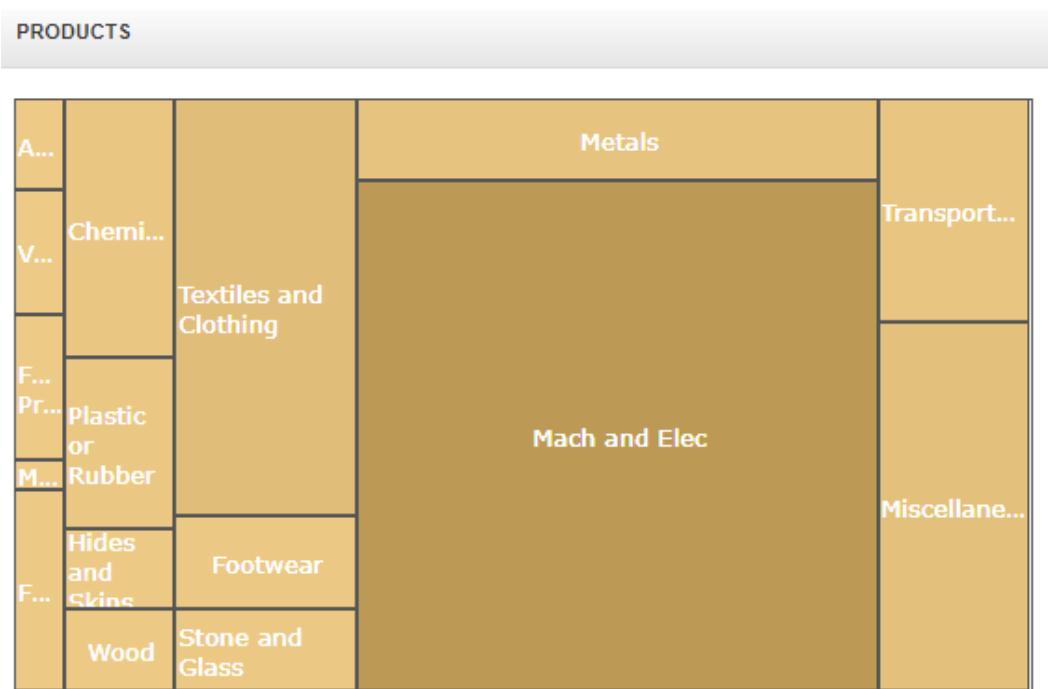
Gráfico 4 – Produtos mais exportados pela China em 1992



Produtos mais exportados pela China em 1992.

Fonte: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/1992/Summary>

Gráfico 5 – Produtos mais exportados pela China em 2010



Produtos mais exportados pela China em 2010.

Fonte: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/2010/Summary>

As ZEEs deram início ao chamado desenvolvimento da Nova Rota da Seda e do Cinturão Rosa pela economia chinesa. A nova importante rota de comércio internacional chinês que recebe o nome da milenar Rota da Seda se desenvolve na China de Xi Jinping, que acolhe e intensifica o caminho traçado por Xiaoping de Tríplice Representatividade e o Conceito Científico de Desenvolvimento, “libertar a mente, implementar a política de reforma e abertura, unir nossas forças, superar todas as dificuldades, avançar firmemente no caminho do socialismo com características chinesas e esforçar-se para completar a construção integral de uma sociedade moderadamente próspera”. Nesse período, o país, por conta de suas expressivas reservas internacionais e média de crescimento econômico de 10% entre 1972 e 2012 lidera o Grupo dos BRICS a fim de democratizar a participação dos países em desenvolvimento em organismos como o FMI, Banco Mundial e OMC. (BAOMIN, China Today, 2021).

A demanda da economia chinesa entre 2009 e 2013 por commodities acarreta o aumento de preço nesses insumos e permite a passagem mais branda de países

periféricos pela crise mundial do período. Entretanto, a partir de 2013 a China enfrenta problemas de excesso de sua capacidade produtiva nos setores de bens de produção e oferta não atendida de imóveis (aproximadamente 1,2 bilhão m²), o que desacelera a taxa de crescimento chinês de um patamar de 9% ao ano para 6,5% ao ano e reflete nos preços das commodities de maneira negativa, principalmente para os países latino-americanos, que consistem suas pautas exportadoras em maioria formada por esses insumos. A China busca alterar seu cenário econômico, então, investindo em sua economia interna através do aumento de salários e melhoria nas condições de vida de seus habitantes. (BAOMIN, China Today, 2021).

Simultaneamente, o país passa a enfrentar desafios econômicos no âmbito de pressões externas cada vez mais fortes por parte dos Estados Unidos que, em 2011, lança uma estratégia de “Pivô para a Ásia” visando conter o crescimento econômico chinês, se utilizando de instalações de baterias antimísseis em países vizinhos, como na Coreia do Sul e da “liberdade de navegação” no Mar da China Meridional, os EUA, sob o governo de Obama, também buscam criar uma coalizão entre países das bacias do Pacífico, Ásia, América Latina e América do Norte no chamado TPP (Parceria Trans Pacífica) de comércio e investimentos. Para conter tais ameaças, Jiping cria campanhas de luta contra corrupção como a “Tigres e Moscas”, campanhas de alinhamento de partido e povo como a “linha de massas” e fortaleceu a modernização de seu país através de política denominada “Revitalização da China” e do “Sonho Chinês”, garantindo, portanto, legitimidade de suas ações perante os chineses e concentrando seus esforços no desenvolvimento econômico do país. (BAOMIN, China Today, 2021).

Nessa busca por fortalecimento de seu mercado interno, a China se concentra em uma nova série de reformas a fim de diminuir a dependência do país da demanda do mercado internacional, fortalecer seu mercado interno, aumentar a eficiência de suas empresas estatais, incentivar a inovação e integrar seu desenvolvimento econômico com seus países vizinhos. A iniciativa do “Cinturão Rosa” resulta na eliminação da pobreza extrema em 2020. A criação de uma “Nova Rota da Seda” com o objetivo de fortalecer as relações da Ásia por meio da utilização das antigas rotas marítimas de mesmo nome e defender um Cinturão econômico de obras de transportes para maior integração

regional e com a Europa foi sancionada por Jinping em 2013. (BAOMIN, China Today, 2021).

A nova rota marítima da Seda passa pelo Sudeste asiático, pelo oceano Índico, Costa Oriental da África e Canal de Suez na Europa e é aportada por volumosos recursos chineses, que se agregaram ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BIIA) e ao Banco de Desenvolvimento (NDB) para financiar a construção de infraestruturas para exportação de produtos dos setores afetados pelo esgotamento do pacote de investimentos em 2008, como os setores da construção pesada, metais, cimento, energia e transportes terroviários. O projeto recebeu o nome de “*One route, one belt*” e planeja em 30 anos finalizar as ligações entre os mais de 65 países inclusos. (BAOMIN, China Today, 2021).

Mapa 1 – A Nova Rota da Seda



Fonte: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/10/25/o-que-e-a-nova-rota-da-seda-e-quais-serao-os-impactos-para-a-america-latina/>.

O Governo chinês também estabeleceu planos de desenvolvimento para sua indústria, como o “*Made In China 2025*” que busca incorporar tecnologias da indústria 4.0 e o “*Internet Plus*”, lançado em 2015, que busca avançar a economia digital do país, integrando e estendendo a computação em nuvem e análise de *big data*. Simultaneamente, o líder Jinping também estabeleceu metas ambientais e de desenvolvimento sustentável, o PCCh se comprometeu na liderança de construção de

uma civilização mais ecológica. O país assume a liderança na geração de energia renovável e na produção de equipamentos para esse fim, reconhecida pela ONU em sua Agenda de Desenvolvimento Sustentável (BAOMIN, China Today, 2021).

4.2. Reformas Fiscais e Monetárias e o Câmbio Fixo Chinês

O presente tópico busca explicitar as consequências dessas reformas e estratégia de câmbio adotadas pelo país no seu sistema financeiro interno. Para tanto, se utiliza a Tese de Mestrado desenvolvida por Piero Bastos Gon na Fundação Getúlio Vargas denominada “Estrutura Institucional e Política Monetária na República Popular da China”.

O desenvolvimento econômico industrial chinês, a criação de suas Zonas de Exportação e sua ascensão no comércio internacional só foram possíveis porque foram planejados e executados simultaneamente à uma reforma monetária, iniciada por Deng Xioping. Quando o líder chinês assumiu o poder, o país possuía apenas uma instituição financeira: O Banco Central Chinês, que foi incorporado pelo ministério das finanças do país. A economia também tinha seu câmbio fixo sobrevalorizado em relação aos seus parceiros comerciais para constituição de sua substituição de importações. Portanto, o cenário econômico desenhava a necessidade de reformas conjuntas no âmbito fiscal e monetário.

As reformas fiscais iniciadas por Deng alteraram a estrutura das atividades sociais e de empresas estatais (ES), sendo que as atividades sociais saíram do escopo das ES e passaram para o escopo de governos locais, se desvinculando do orçamento do aparelho administrativo público e se financiando através de crédito bancário. BeiJing, a sede do Governo Central no período, incentivou os bancos à concessão desse crédito tanto para as ES quanto para os governos locais. O principal objetivo de tal reforma era tornar as ES mais eficientes ao mesmo tempo em que se financiava as novas responsabilidades dos governos locais.

No que tange o sistema financeiro interno, reformas também foram incorporadas. O Banco do Povo Chinês assume independência em relação ao ministério das finanças e são criados outros quatro bancos comerciais de domínio do Estado, que são

responsáveis pelo fornecimento de crédito para as transformações incorridas a partir de 1980. Somadas a independência do BPC e os novos bancos comerciais, se constitui um sistema de intermediação financeira, imprescindível para as reformas de abertura iniciadas posteriormente e ascensão comercial internacional.

As reformas monetárias ocorreram baseadas na elaboração de um plano de crédito pela comissão estatal de planejamento e Banco Central, no qual o BACEN instituía um plano de crédito anual para cada instituição financeira. O uso dessas cotas de crédito era monitorado por subsidiárias BPCs nas províncias, que também controlavam os riscos de créditos, atribuindo suporte financeiro para os bancos comerciais e investimentos financiados através deles. Os bancos especializados concediam créditos para promoção do desenvolvimento regional.

O CPC se utilizou da chamada Janela de Coordenação para influenciar as decisões de concessão de crédito, principalmente em bancos onde as entidades do Governo possuíam controle acionário; a ferramenta consistia na pressão do Banco Central sob os bancos comerciais para determinações que seriam consideradas de alto risco. O Banco Central da China também buscava estabilizar seu mercado de crédito através de empréstimos de última instância para instituições financeiras e governos locais, bem como para gestoras de ativos e cooperativas de crédito. O BPC administrava suas taxas de juros como benchmark de sua taxa de juros de um ano e da taxa de redesconto.

O CE constituiu, em 1980, o sistema dual de câmbio, depois de desvalorizar a moeda interna através da “taxa de compensação interna”. Ficou estabelecido o câmbio oficial de 1,5RMB por dólar para transações e produtos não comerciais e uma taxa de câmbio distinta de 2,8RMB por dólar para as demais transações. No meio do mesmo ano, o Governo sancionou os *swaps centers* (mercados de câmbio), que interviam para a estipulação da taxa de câmbio e resultaram na abolição da “taxa de compensação interna”.

O Conselho de Estado (CE) da China aprovou, em 1979, a retenção de uma parte das divisas em moeda estrangeira (cotas de câmbio) por governos locais/de províncias e

exportadores, sem a exigência de depósito de 100% dos recursos no Banco da China, como era na época de Mao Zedong. Inaugurou um sistema similar que permitia retenção de parte dessas divisas obtidas através de fontes extra comerciais (turismo, remessas ao exterior na BP etc.) a fim de incentivar o aumento nas exportações e obtenção de moeda estrangeira em outras fontes. Também foi criado a *State administration of foreign Exchange* (AEC) subordinada ao CE e as responsabilidades do Banco Central foram migradas para o Banco do Povo da China. A partir de 1980, empresas que tinham estoque de divisas estrangeiras foram autorizadas à venda dessas.

O Acúmulo de reservas estrangeiras pela China em relação aos demais indicadores foi importante para o sucesso de sua política monetária e cambial, mas foi, de certa forma, prejudicial para a eficiência de seu sistema bancário. Os bancos que realizam operações de câmbio vendem a quantia de moedas estrangeiras que superavam suas cotas no mercado interbancário. O BACEN compra o excesso dessas divisas internacionais para equilibrar a oferta e a demanda interna. O BPC se utiliza de emissão de notas do banco central e dos compulsórios para realização dessa compra. As diminuições de compra dessas moedas pelo BACEN fazem com que bancos aumentem suas taxas de empréstimos. Devido a necessidade da manutenção do regime de câmbio, as reservas na China aumentaram consideravelmente, tornando os bancos menos eficientes, nesse sentido.

“No sistema de câmbio fixo, se os juros domésticos divergirem muito das tarifas internacionais, o país fica sujeito ao fluxo de capital que buscam maiores retornos reais, sendo necessária a utilização de controle de capitais, algo difícil com a abertura ao comércio. Se efetivo, terá o desafio de esterilizar o aumento da oferta da moeda doméstica, devido as compras de câmbio, caso contrário, o aumento da liquidez no setor bancário pode provocar a elevação da inflação e a apreciação da taxa real. Como o sistema cambial na China é de câmbio fixo com bandas cambiais, esse efeito é acomodado até um determinado ponto”

A baixa flexibilidade do regime de câmbio, portanto, apesar de saudável para o país em no que tange o volume de exportações, ocasiona problemas no seu sistema financeiro interno.

Conclusão

Ao longo do trabalho observamos que a economia chinesa vivenciou nos últimos anos um grande processo de desenvolvimento no âmbito do comércio internacional, distinto de outras economias também emergentes no início do séc. XX, e conseguiu, de maneira efetiva, construir parcerias comerciais fortes na natureza das trocas externas do comércio, desenhandando seus novos projetos de desenvolvimento sustentados nessas parcerias e em seu potencial de crescimento econômico industrial, monetário e de trocas internacionais. O presente estado da economia chinesa e seus próximos passos rumo a uma maior inserção em mercados de maior conteúdo tecnológico são resultados de mudanças incorridas no país desde o final do século passado, somadas à sua cultura e organização milenar e seus ideais de planejamento econômico, muito caro aos países de cunho socialistas.

O país consolidou, ao longo do séc. XX, sua indústria nacional pesada sob o comando do governo autoritário de Mao, firmado a partir de 1949, simultaneamente à reafirmação de seus ideais socialistas e antimercado, que sofreram fortes oscilações no desenrolar dos anos 80 e ascensão de Deng. A ascensão de Deng Xiaoping ao poder traz consigo suas propostas de reformas institucionais e de comércio, preparando terreno chinês para aumento de seu nível de exportação e processamento nas chamadas ZEEs, sustentadas por estratégias de câmbio *dual* e barreiras de entrada distintas: a China abriu suas zonas de processamento ao mercado externo, entenda-se aqui ao investimento externo direto, sob condições de assimilação de técnicas e transferência de tecnologias, ascendendo assim como líder de exportação do mercado asiático, sob uma estratégia de desvalorização cambial e contratos com importantes instituições de crédito, como o Banco Mundial, FMI e bancos europeus através de sua entrada tímida na OMC, durante o fim da guerra fria e a busca intensa por alianças comerciais vivenciada pelos EUA.

A partir de então, a China se torna um membro importante da OMC e estabelece diversos acordos bilaterais com economias centrais, sob a condição de Nação Menos Favorecida e, posteriormente, com economias emergentes; também desenvolve alianças como BRICS, projetos de expansão da conexão de seu mercado como a Nova Rota da Seda e busca avançar em tecnologias estratégicas no âmbito mundial, como o 5G e

projetos de energia limpa e sustentável. Sob o comando de Xi Jinping, a China mantém seus impressionantes resultados comerciais externos, propõe melhoria de vida aos cidadãos chineses e planeja seus próximos passos de desenvolvimento, seguindo a estratégia de Planos Quinquenais e Decenais, adotada a partir de Zedong.

Não há consenso entre os estudiosos sobre o modelo econômico adotado pela China atualmente, mas estima-se a ideia do chamado “socialismo de mercado” que preserva ideais socialistas ao mesmo tempo em que abre seu comércio externo para o mundo de maneira unilateral: na balança comercial sempre superavitária, o país protege sua indústria através de barreiras de entrada e estimula seu nível de exportação através da manutenção de seu câmbio fixo em baixos níveis. Apesar de não-unanimidade nesse sentido, concorda-se em quase todas as abordagens que a economia chinesa vivenciou seu crescimento econômico de maneira singular e que o processo não é possivelmente replicável, porque resulta das tantas variáveis econômicas e políticas abordadas no estudo, da cultura nacional do país, da constituição histórica do mercado externo e de uma somatória de políticas ortodoxas e heterodoxas, sob solo de um país revolucionário e constantemente em atritos sociais durante seus mais de 4.000 anos de história.

Referências Bibliográficas:

THORSTENSEN, V. CHINA -LIDER DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E TAMBÉM MEMBRO DA OMC: desafios e oportunidades para o Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/4c9770fd75b6c\(1\).pdf](https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/4c9770fd75b6c(1).pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2022

VIEIRA, F. V. China: crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, p. 401–424, set. 2006.

A CHINA COMO MEMBRO DA OMC E LIDER DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS: desafios e oportunidades para o Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15777/A%20China%20como%20membro%20da%20OMC%20e%20lider%20das%20exportacoes%20mundiais.pdf>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

VIEIRA, F. V. China: crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, p. 401–424, set. 2006.

PRELIMINARES, N. ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO 1947 (GATT 47). [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://siscomex.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/OMC_GATT47.pdf>.

ALTEMANI, H.; OLIVEIRA, D. A CHINA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.pucsp.br/geap/China_OMC.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2022.

A ECONOMIA POLÍTICA DO MODELO ECONÔMICO CHINÊS: O ESTADO, O MERCADO E OS PRINCIPAIS DESAFIOS. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/9cDntdytGZ7PgcYnSxSqfJb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

A CHINA COMO MEMBRO DA OMC E LIDER DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS: desafios e oportunidades para o Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15777/A%20China%20como%20membro%20da%20OMC%20e%20lider%20das%20exportacoes%20mundiais.pdf>>.

LEITE, A. C. C.; MÁXIMO, J. C. R. Através dos olhos do dragão: um estudo sobre o campo das Relações Internacionais na China. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 231–259, jun. 2013. Acesso em: 16 outubro 2022.

MEDEIROS, C. A. D. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 19, n. 3, p. 496–516, jul. 1999.

China Trade Summary 2001 | WITS Data. Disponível em:

<<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CHN/Year/2001/Summary>>. Acesso em: 27 out. 2022.

WTO | China - Member information. Disponível em:

<https://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/china_e.htm>. Acesso em: 27 out. 2022.

PISTOR, K. **Banking Reform in the Chinese Mirror Banking Reform in the Chinese Mirror.** [s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://scholarship.law.columbia.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3445&context=faculty_scholarship>.